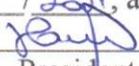


APROVADA EM 1ª VOTAÇÃO
Em, 28/10/2021, às 18:12 horas.

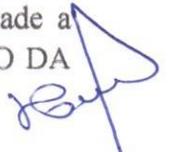

Presidente



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

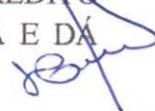
ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 18ª LEGISLATURA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO
DIA 26 DE OUTUBRO DE 2021, DE FORMA HÍBRIDA.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e um, com início às dezoito horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, de forma híbrida, em razão da pandemia do Coronavírus, Covid-19, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, e secretariada pelos vereadores: Emanuel Rodrigues de Araújo, 1º Secretário, e Marco Cesar Sousa Siqueira, 2º Secretário. O 2º Secretário procedeu à chamada regimental, comparecendo os vereadores: Cicera Bezerra Leite Batista (SOLIDARIEDADE), David Carneiro Maia (DC), Decilânio Cândido da Silva (SOLIDARIEDADE), Emanuel Rodrigues de Araújo (SOLIDARIEDADE), Fernando Rodrigues Batista (AVANTE), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (PL), João Carlos Patrian Junior (REDE), José Gonçalves da Silva Filho (PT), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (PATRIOTA), Kleber Ramon da Silva Araújo (PSL), Marco Cesar Sousa Siqueira (PSC), Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes (REPUBLICANOS), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS), Valtide Paulino Santos (PSL) e Willami Alves de Lucena (PROS), em um total de dezessete vereadores. Os Vereadores: Josmá Oliveira da Nóbrega, Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro, José Gonçalves da Silva Filho, Fernando Rodrigues Batista e Decilânio Cândido da Silva, nessa ordem, fizeram inscrição para o uso da palavra durante o Grande Expediente. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: “Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, e em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos”. Em seguida, passou ao PEQUENO EXPEDIENTE. Com a palavra, o 1º Secretário fez a leitura das matérias, iniciando pela Ata da 25ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Patos, Estado da Paraíba, realizada no dia vinte e um de outubro do corrente ano. Após a leitura a devida Ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o 1º Secretário deu continuidade a leitura das matérias: “DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO. ESTADO DA



PARAÍBA. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. PORTARIA Nº 122/2021. Em 25 de outubro de 2021. A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 32, IX, alínea b, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Patos, resolve: I – Constituir a COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO para analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei que estima e Fixa as Despesas do Município de Patos para o EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. II – Pelo que designo os seguintes vereadores para constituírem a presente COMISSÃO: PRESIDENTE – VEREADOR FRANCISCO DE SALES MENDES JUNIOR, RELATOR: VEREADOR MARCO CÉSAR SOUZA SIQUEIRA, MEMBRO; DAVID CARNEIRO MAIA. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Patos, Estado da Paraíba, 25 de outubro de 2021. VALTIDE PAULINO SANTOS – Presidente.”

“ESTADO DA PARAÍBA. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. SALA DAS COMISSÕES. CALENDÁRIO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PATOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. ATÉ O DIA 29/NOVEMBRO DE 2021 – RECEBIMENTO DE EMENDAS À LOA 2022. 01 DE DEZEMBRO – ÀS 09:00H – REUNIÃO COM A COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO, PROCURADOR JURÍDICO E CONTADORA DO MUNICÍPIO. 14 DE DEZEMBRO DE 2021 – 1ª VOTAÇÃO DA LOA 2022 E SUAS EMENDAS. 16 DE DEZEMBRO DE 2021 – 2ª VOTAÇÃO DA LOA 2022. Comissão Mista do Orçamento, 25 de outubro de 2021. Francisco de Sales Mendes Junior – Presidente, Marco César Souza Siqueira – Relator, David Carneiro Maia – Membro.” Deram entrada em pauta para leitura os Projetos de Lei: PROJETO DE LEI Nº 37/2021 – ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.519/2021, QUE INSTITUI O INCENTIVO VARIÁVEL, POR DESEMPENHO DE METAS DO PROGRAMA PREVINE BRASIL E, BEM COMO, ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART.2º DA LEI Nº 4.993/2018, QUE AUTORIZA O REPASSE DO INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AOS AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS (ACE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho - Prefeito Constitucional. PROJETO DE LEI Nº 38/2021 – ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho - Prefeito Constitucional. PROJETO DE LEI Nº 39/2021 – AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE, PARA FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho - Prefeito Constitucional. “ESTADO DA PARAÍBA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS-PB. Ofício nº 266/2021- GABINETE DO PREFEITO. Ofício nº 266/2021. Em, 25 de outubro de 2021. À Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Patos Valtide Paulino Santos. Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 39/2021. Ao tempo que renovo os votos de apreço, venho por meio deste, usando as atribuições e competências legais, mui respeitosamente encaminhar o Projeto de Lei em anexo, conforme abaixo: PROJETO DE LEI Nº 39/2021 – AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE, PARA FINS QUE MENCIONA E DÁ



OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Esclareço que o referido Projeto de Lei necessita ser votado em caráter de urgência urgentíssima até o dia 29/10/2021, prazo previsto na Lei nº 14.017/2020, de 29 de junho de 2020. Altera pela Lei 14.150/2021, de 12 de maio de 2021, a fim de que autoriza a autorização do saldo remanescente da Lei Aldir Blanc. Por oportuno, segue em anexo ainda mensagem para a apreciação desta Casa Legislativa, ao qual solicito que, após leitura e análise, seja por intermédio de Vossa Excelência enviado para plenário para deliberação, e, por conseguinte, aprovação. Sem mais para o presente momento, renovo os votos de estima e consideração. Atenciosamente, Nabor Wanderley da Nóbrega Filho - Prefeito Constitucional.” A Senhora Presidente colocou em discussão o pedido de urgência urgentíssima. Pela Ordem, o Vereador **Sales Junior** disse: “Só para justificar colegas, o pedido de urgência. Foi um saldo que ficou da Lei Aldir Blanc de trinta e três mil e quinhentos reais, e existe o prazo para esse recurso continuar ser investido. A Lei Aldir Blanc é justamente para garantir uma renda emergencial para os trabalhadores da cultura e manutenção dos serviços culturais. Assim foi feito. Então para que esse recurso não possa voltar para o Ministério, o governo manda essa matéria, através do Diretor da FUNDAP, contando com o apoio do Legislativo para que esse recurso possa continuar sendo investido aqui para os nossos artistas e produtores culturais. Obrigado.” Pela Ordem, o Vereador Josmá Oliveira disse: “Só para esclarecer ao pessoal que nos acompanham de casa, todos os vereadores, eu tenho certeza que de forma unânime, são a favor da gente votar e evitar que esse recurso volte para o governo federal. O problema é que veio de última hora. Essa propositura poderia ter sido apresentada antes para que desse tempo andar o trâmite legal nesta Casa, que é o tempo de ser apreciado nas Comissões e ser votado. Por mim, eu não vejo nenhuma objeção. O problema é se vai dar tempo a gente votar isso. Que fique claro para o povo de casa para depois não aparecer nas redes sociais ou em alguns sites, dizendo que os vereadores prejudicaram a cultura de Patos. Vereador nenhum tem culpa disso se chegou aqui desta maneira. Eu me posiciono favorável, Presidente. E se for para a minha Comissão de Cultura, eu assino o relatório amanhã mesmo pra gente despachar isso.” Pela Ordem, o Vereador **Decilânio Cândido** disse: “Só discordar com o Vereador Josmá pelo que ele citou aí, aqui nós estamos para trabalhar. Já pedimos várias vezes para prorrogar a Sessão, e se for o caso de votar o Projeto para que não volte esse dinheiro para o governo federal, vamos pedir a prorrogação para votarmos esse Projeto, que é de extrema importância para os músicos da nossa cidade. Muito obrigado.” Pela Ordem, o Vereador **Jamerson Ferreira** disse: “A Lei 14.150 em seu artigo 14, alínea b: ‘Os municípios e o Distrito Federal estão autorizados a utilizar até trinta e um de dezembro o saldo remanescente de contas específicas que foram criadas para receber transferências e gerir os recursos’. Eu acompanhei de perto, e já solicitei desta Casa, atendido pelo Senhor Marcelo Lima, todo o levantamento da Lei Aldir Blanc, todos os empenhos. Eu estranhei inclusive alguns, que citei aqui, mas enfim, dinheiro federal a gente não pode devolver. Mais uma vez a gente pede celeridade a assessoria do Prefeito. Eu sou a favor e assim me destino da urgência urgentíssima, o que nós não podemos é atropelar o Regimento. Que a Senhora Presidente convoque a Comissão. Eu venho amanhã, e fico nessa Câmara até meia noite, agora o que nós não podemos, e aqui atento ao nosso Presidente David e ao nosso Relator Willa, é que

ultrapasse a Comissão. O Projeto vai ter que passar pela Comissão. A urgência urgentíssima está aqui no Art. 146 do pronunciamento das Comissões Permanentes sobre a proposição, no prazo de cinco dias, contados da aprovação do Regime de urgência. Então, em sendo aprovado o Regime de urgência, terá cinco dias para as Comissões. Mas não demora um não, que a demora é só chegar amanhã o escaneamento para o advogado. Eu não posso falar em nome de toda Comissão, mas assim em posiciono, é atropelar os ditames. Toda vez que for um Projeto importante do Senhor Prefeito, a Comissão está aqui para trabalhar, inclusive eu me proponho a esperar, e hoje é o aniversário da minha esposa, que está me esperando depois da Sessão, se quiser escancear o Projeto, eu fico aqui até a hora que necessitar. Agora nós só não podemos abrir mão de não passar na Comissão. Assim eu me posiciono: nós estamos aqui imbuídos, e vamos também fiscalizar cada centavo disso aqui. São trinta e poucos mil reais, que seja bem usado a serviço da cultura. Mas dependendo dos vereadores desta Casa, não volta um real para governo federal, que é difícil arrumar.”

Pela Ordem, o Vereador **Willami Alves** disse: “Falamos aqui internamente, eu, Jamerson e David, que David já ia pedir a Presidente da Casa que solicitasse amanhã a Comissão pra gente já agilizar isso, e, se possível, fazer na quinta-feira as duas votações para não perder o prazo.” Pela Ordem, o Vereador **José Gonçalves** disse: “Boa noite a todos e a todas. Eu acho que a falta de planejamento ainda permanece na Prefeitura de Patos, porque são recursos que chegaram, e sempre existiu essas dificuldades. E jamais enquanto trabalhador, sindicalista, vereador, irei votar contra uma propositura dessas, até porque prejudica diretamente os trabalhadores e trabalhadoras da cultura aqui do município, que estão sofrendo com a pandemia. E também relato aqui até as condições mesmo dos músicos de Patos, não apenas os autônomos, mas os que são efetivos da Prefeitura de Patos, que ganham apenas um salário mínimo, mas são chamados para tocar em todo canto, até em cidades vizinhas. E não pagam pelas tocatas. E aqui em Patos tem um costume de devolver dinheiro para o governo federal. Faz a maior propaganda atrás de recurso, quando consegue para o Centro de Zoonoses, devolve. Quando consegue para construir o Terreiro do Forró, devolve. Então a gente tem que estar atento, porque isso é uma propaganda enganosa, como é que os ‘defensores’ do povo faz uma grande propaganda: ‘trazendo recursos para Patos, o deputado tal está conseguindo’, porque agora de cinco palavras, seis coloca o deputado está conseguindo. Então, nesse sentido, a gente não vai dificultar em nenhum momento a utilização desses trinta e três mil reais. Agora, mais uma vez que não se repita isso, que planeje, que esses Projetos venham a tempo para que realmente tenham condições de ser analisados e aprovados, porque não é só nesta legislatura que está acontecendo isso não, são outras. O discurso é o seguinte: ‘Se não votar, o povo vai perder’. Eu estou só fazendo esse alerta, e mais uma vez pedira que a democracia permaneça aqui na Casa Juvenal Lúcio de Sousa.” Pela Ordem, o Vereador **David Maia** disse: “Boa noite a todos! Quero dizer que diante da Comissão não há nenhum entrave, pode ser de madrugada, de noite. Acho que não há nenhuma dificuldade para nenhum vereador questionar o Projeto. Que seja bem-vindo! Que venham vários como esse. Só dizer que a Comissão está pronta para a qualquer hora dar o Parecer desse Projeto.” Pela Ordem, o Vereador **Marco Cesar** disse: “Só dizer que a Comissão de Finanças também está à disposição pra gente

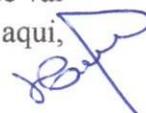


agilizar esse processo e liberar logo esse dinheiro para os músicos da nossa cidade.” Colocado em votação, o pedido de urgência urgentíssima foi aprovado, por unanimidade. Em seguida a Senhora Presidente convidou as Comissões: CCJ e Finanças, para no dia seguinte dar o Parecer no Projeto de Lei acima mencionado, para o mesmo ser votado na próxima quinta-feira em 1ª e 2ª votações. Com a palavra, o 1º Secretário deu continuidade a leitura das matérias. PROJETO DE LEI Nº 199/2021 – CONSIDERA PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB A MÚSICA “PATOS DOS MEUS TEMPOS” DE ANTÔNIO EMILIANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes. INDICAÇÃO Nº 1/2021 – INCLUI NO CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PATOS/PB O ESTUDO DE ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, ECONOMIA DOMÉSTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. Os Projetos de Lei destinados para leitura foram encaminhados para as Comissões competentes a fim de Parecer. Deram entrada em pauta para 1ª votação, os Projetos de Lei: PL Nº 03/2021-PE, Emenda Supressiva Nº 01 ao PL Nº 03/2021-PE, Emenda Supressiva Nº 02 ao PL Nº 03/2021-PE, Emenda Modificativa Nº 01 ao PL Nº 03/2021-PE, Emenda Modificativa Nº 02 ao PL Nº 03/2021-PE, PL Nº 32/2021-PE, PL Nº 164/2021-PL, PL Nº 165/2021-PL, PL Nº 166/2021-PL, PL Nº 167/2021-PL, PL Nº 168/2021-PL, PL Nº 169/2021-PL, PL Nº 170/2021-PL, PL Nº 171/2021-PL, PL Nº 172/2021-PL, PL Nº 173/2021-PL, PL Nº 174/2021-PL, PL Nº 175/2021-PL, PL Nº 176/2021-PL, PL Nº 176/2021-PL, PL Nº 177/2021-PL, PL Nº 178/2021-PL, PL Nº 179/2021-PL, PL Nº 180/2021-PL, PL Nº 181/2021-PL, PL Nº 182/2021-PL, PL Nº 183/2021-PL, PL Nº 184/2021-PL, PL Nº 185/2021-PL, PL Nº 186/2021-PL, PL Nº 187/2021-PL, PL Nº 188/2021-PL, PL Nº 189/2021-PL, PL Nº 190/2021-PL, PL Nº 191/2021-PL e o PL Nº 192/2021-PL. Foi destinada para arquivamento a PROJETO DE EMENDA SUPRESSIVA Nº 3/2021 – RETIRADA DE ARTIGO DO ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – PE, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.541, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador João Carlos Patrian Júnior. Deram entrada em pauta para votação os Requerimentos: REQUERIMENTO Nº 1837/2021 – SOLICITA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB, NA PESSOA DO SECRETÁRIO LEÔNIDAS DIAS MEDEIROS, A IMPLANTAÇÃO DE UM MÉDICO NEUROLOGISTA PEDIÁTRICO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM SÍNDROME DE DOWN. Autor: Vereador Fernando Rodrigues Batista. REQUERIMENTO Nº 1838/2021 – REQUEIRO QUE CONSTE EM ATA DOS TRABALHOS NA PRESENTE SESSÃO ORDINÁRIA, VOTO DE APLAUSOS DIRECIONADOS AO GRUPO P.O. NA ESTRADA PARAÍBA, EM HOMENAGEM PELOS SEUS SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS AO LONGO DE VÁRIOS ANOS NA CIDADE DE PATOS-PB. Autor: Vereador João Carlos Patrian Júnior. REQUERIMENTO Nº 1839/2021 - SOLICITA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, VOTOS DE APLAUSOS A TODOS OS

SERVIDORES PÚBLICOS DE PATOS, EM COMEMORAÇÃO AO SEU DIA, 28 DE OUTUBRO. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. REQUERIMENTO Nº 1840/2021 – REQUER VOTOS DE APLAUSOS AO “PROJETO SOCIAL SER DE LUZ”, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS A CIDADE DE PATOS. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes. REQUERIMENTO Nº 1841/2021 – SOLICITO DO EXCELENTÍSSIMO SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA MARCONE SANTOS, E DO SECRETÁRIO DE SAÚDE LEÔNIDAS DIAS, A CONSTRUÇÃO DA MURADA DO USF HORÁCIO NÓBREGA, LOCALIZADO NO BAIRRO DE SÃO SEBASTIÃO, NESTA CIDADE. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes. REQUERIMENTO Nº 1842/2021 – SOLICITO DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ADRIANA CARNEIRO E DO SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA MARCONE SANTOS, A COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTE DO CIEP V MARIA EUDOCIA-SANTA TEREZINHA, NESTA CIDADE. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes. REQUERIMENTO Nº 1843/2021 – SOLICITO DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DE PATOS, NABOR WANDERLEY DA NÓBREGA FILHO, O ENVIO DE CÓPIA DO CONTRATO FIRMADO COM A EMPRESA RIZZOPARK PARA EXPLORAÇÃO DA ZONA AZUL EM PATOS. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva. REQUERIMENTO Nº 1844/2021 – REQUEIRO CONSTAR NA ATA DOS TRABALHOS UM “VEEMENTE APELO” AO PREFEITO NABOR WANDERLEY, NO SENTIDO DE CONSTRUIR, COM RECURSOS PRÓPRIOS OU PARCERIA PÚBLICO PRIVADA(PPP), UM MONUMENTO COM O NOME PATOS, AGREGADO COM SÍMBOLO MAIOR, QUE TEM A MARCA DA NOSSA CIDADE E DO NOSSO SERTÃO PARAIBANO, O SOL. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. REQUERIMENTO Nº 1845/2021 – REQUEIRO AO PREFEITO NABOR WANDERLEY, NO SENTIDO DE INSTALAR UMA ACADEMIA DE SAÚDE NA PRAÇA QUE FICA LOCALIZADA NO BAIRRO LUAR DE ANGELITA, EM PATOS/PB. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. REQUERIMENTO Nº 1846/2021 – REQUEIRO AO PREFEITO NABOR WANDERLEY, NO SENTIDO DE CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA E ACADEMIA DE SAÚDE NO BAIRRO JARDIM REDENÇÃO, EM PATOS/PB. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. REQUERIMENTO Nº 1847/2021 – REQUEIRO AO PREFEITO NABOR WANDERLEY, NO SENTIDO DE CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA E ACADEMIA DE SAÚDE NO BAIRRO VILA MARIANA, EM PATOS/PB. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. O 1º Secretário afirmou que as correspondências enviadas ao Vereador Patrian Junior, da Procuradoria do Município, da Secretaria de Desenvolvimento e Habitação e da Secretaria de Finanças serão enviadas, por e-mail, ao mesmo. Com a palavra, a Senhora Presidente passou ao GRANDE EXPEDIENTE. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna o **Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega** para o uso da palavra: “Muito boa noite a todos. Presidente, saúdo a mesa e demais parlamentares. Saúdo todo o povo de Patos que nos acompanham aqui, agradeço a presença de todos, sejam todos bem vindos a vossa Casa. Esta é a Casa do povo, aonde o povo tem de participar e tem que cobrar aqui de todos os seus empregados. Só assim



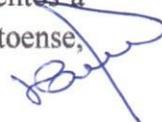
as coisas vão começar a mudar aqui na cidade, no estado e no nosso país. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Jornalista Jordan Bezerra, que foi avaliado nas suas redes sociais, a opinião pública, como um dos melhores jornalistas aqui da cidade de Patos. Parabéns ao nosso colega Jordan Bezerra, que faz um excelente trabalho na imprensa da cidade de Patos. Senhores, para dá início a minha fala de hoje, que é pouco tempo pra gente pautar os problemas que a gente consegue trazer, através de nosso gabinete e nosso canal direto de comunicação com os cidadãos, eu trago uma preocupação que vem acontecendo na nossa cidade em relação a Ciretran, aonde os cidadãos patoenses são muito mal atendidos, e muitos deles, que tem problema de transferência de veículo, não conseguem resolver aqui na CIRETRAN/DETRAN de Patos. E são inúmeras reclamações daquele órgão que presta um péssimo serviço à sociedade patoense. Só serve pra extorquir o cidadão na hora de cobrar taxas, IPVA e esses outros absurdos que nós pagamos de alugueis dos nossos veículos, porque os veículos não são nossos, é tudo do governo, e se a gente não pagar a gente não tem o direito de andar. Outro problema semelhante que acontece com outro órgão do Estado é a Casa da Cidadania, aonde os cidadãos tem a maior dificuldade do mundo para tirar uma carteira de trabalho, e até mesmo tirar uma carteira de identidade, as pessoas tem que pegar uma ficha, e muitos cidadãos estão deixando de ter o seu direito civil, por falta de um documento que o próprio Estado não quer emitir e nem se preocupa com isso. Muitos cidadãos patoenses prejudicados, cobrando esse direito reclamando sempre, e parece que os deputados daqui ou são surdos ou são mudos ou são surdos/mudos, ninguém fala nada. Ai o vereador tem que fazer a função de duas coisas aqui, de vereador estadual, de fazer a função de vereador e também reclamar das pautas de órgãos estaduais, porque não tem ninguém que fale pelo povo de Patos. É assim que a banda toca, e o povo fica em último lugar. Ficam aqui essas cobranças, que, pelo amor de Deus! Eu acho que vai melhorar agora, porque ano que vem é ano de eleição, e o Governador João Azevedo vai vim aqui na cidade de Patos enganar o povo mais uma vez, que nunca fez nada por essa cidade, a não ser o cabide de emprego que ele tem aqui pra enganar esse povo e vim aqui tirar o voto. Portanto, senhores, não vote nesse Governador João Azevedo, nesse vulgo vovó Mafalda, que ele não quer nem saber da cidade de Patos. Fica aqui essa demanda que os cidadãos nos procuraram. Outro ponto, senhores, que eu trago para discussão nesta Casa, hoje mais uma vez aqui na cidade de Patos, na imprensa, repercutiu essa situação da cobrança de zona azul. Eu faço aqui o questionamento: quem é o mentiroso, é o Prefeito, é o Superintendente da STTRANS ou é o cara da Empresa Rizo? Porque, hoje, novamente ele estava afirmando que vai cobrar sim o estacionamento rotativo das motos. A gente precisa sentar todo mundo, todas as autoridades da cidade de Patos e decidir o que é que vai ser cobrado, porque a Lei que foi aprovada nesta Casa, ela é clara, ela fala em veículos. E veículos podem ser: moto, bicicleta, triciclo. Eu votei contra esse Projeto aqui, mas a lei é clara. E o responsável pela empresa estava afirmando mais uma vez que estava no contrato a obrigação da rotatividade de estacionamento de motos, ou seja, vão cobrar. Ai o Prefeito vai pra rádio e diz uma coisa, e fica o povo de Patos nessa situação. Quem é o mentiroso? Só não sou eu. O mentiroso não sou eu. Ai fica essa esculhambação, se vai mudar o contrato, Prefeito, mude logo, mude o contrato. Vá pra imprensa: 'Está aqui,



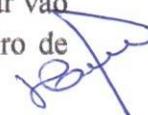
está mudado'. Porque só de boca, meu amigo, só criança mamando na teta, porque o que vale é o que está no papel. De boca ninguém acredita não. Aí fica essa esculhambação na cidade de Patos, e depois vem dizer que os vereadores da oposição faltam com a verdade. Porque, se não mudar esse contrato da zona azul, não vai ter quem aguente trabalhar no centro da cidade de Patos, metade do salário vai ficar só pra pagar a zona azul. Mas tem pessoas dizendo que isso vai ajudar a cidade, vai aumentar a rotatividade dos estacionamentos. É uma coisa fantástica esse pensamento. Vai melhorar a cidade pra quem está lá na panela do Prefeito, obviamente, que não é o caso do povo de Patos. Fica aqui essa cobrança da zona azul, eu quero saber, a pergunta que eu deixo aqui é quem é o mentiroso, se é o Superintendente da STTRANS, se é o Prefeito Nabor ou se é o cara da empresa, porque se eu fosse prefeito, eu já tinha chutado essa empresa daqui: leve essa empresa pra o inferno, aqui na minha cidade não, pra extorquir o povo da minha cidade não. Numa pandemia dessas, vai inventar dois reais por hora, se passar cinco horas estacionado são dez contos. Dez contos no final do mês são trezentos paus, foi embora o salário do pobre. Tenha pena do pobre, Prefeito Nabor. Fica aqui essa cobrança. Outro ponto que eu trago para esta Casa é a matéria que vai ser abordada logo mais, no calor das nossas discussões, que nós entraremos no debate de vários artigos que tem nesse Projeto de Lei, que cria essas malditas taxas e um monte de impostos novos. Eu chamo a atenção pra imprensa de Patos, o que está acontecendo é o seguinte, é que estão vindo pra esta Casa Projetos fatiados pra enganar alguns vereadores, mas tem o doido do Josmá aqui que ler tudo, como também tem outros vereadores que leem tudo direitinho, e vão atrás da verdade, que é o caso desse Projeto que nós estaremos pautando hoje, que altera o código tributário, que vem aí com pegadinhas e pegadonas pra prejudicar o povo de Patos. E aqui eu volto um pouco ao passado, há alguns anos atrás eu estava aqui, protestando contra o código da maldade do Prefeito Dinaldinho, porque aqui em Patos todo mundo gritava: 'o Prefeito Dinaldinho vai matar o povo de Patos com impostos'. Até as pessoas hoje que estão no poder, e essas pessoas estão fazendo a mesma coisa. É pior, na verdade, estão fazendo a coisa pior do que o Prefeito Dinaldinho, mandando pra cá criação de taxas e impostos durante uma pandemia, aonde o povo está perdendo o emprego, as empresas estão fechando, aonde esta Casa estaria está se preocupando em discutir esse tipo de problema, aí nós vamos discutir criação de impostos. Veja a preocupação do prefeito com a sua cidade! É triste uma situação dessas. Eu me recordo isso, porque diziam aqui: 'o Prefeito Dinaldinho e o código da maldade!' Depois disseram aqui, Ivanês, o 'código do capeta'. E esse é o que, que está aqui fatiado, enganando, esse Cavalo de Tróia, pra prejudicar o povo de Patos? Esse aqui, senhores, é o código do satanás, porque esse aqui não tem nada de bom pra o povo não. Disseram aqui que a zona azul ia ser bom pra sociedade, está aí o reboição na cidade, todo mundo preocupado. Daqui a dois três meses esse Projeto que vai ser votado hoje vai está sendo discutido de novo na sociedade, e eu mais uma vez vou votar contra. Como é que eu vou votar a favor de um negócio pra extorquir o pobre do cidadão, as pequenas empresas da cidade de Patos? aí fica um bando de gente mentindo: 'não, porque não é assim, porque não sei quem disse'. Leia o Projeto, está lá. É só ler o projeto. Tem outros que dizem: 'Ah, está no Projeto, mas o prefeito não vai fazer assim não'. Ah não vai não? Quer dizer que é uma pegadinha. Ou é



engana menino besta? Porque o que vale é o que está no Projeto, se o Prefeito não vai fazer assim mande pra cá o Projeto. ‘Ah mais a taxa de lixo já existe’. Eu gostaria senhores, de chamar a atenção aqui dos vereadores, gostaria de perguntar ao vereador David se ele sabe a diferença entre o fator gerador e o tributo. São coisas distintas. Eu chamo a atenção pra esta Casa. O fator gerador é o fato ou o conjunto de fatos correlatos, cuja ocorrência a lei se faz decorrer para o fisco ter o direito de cobrar. Antes de ser criado a taxa tem que ser o fator gerador. Prestem atenção o que estão votando aqui na Casa hoje. Prestem atenção, leiam a Lei Complementar sobre o código tributário que foi votado o ano passado, leiam direitinho. É importante saber a diferença entre o fator gerador e o tributo, pra não está dizendo aqui que já tinha taxa de lixo, porque daqui a alguns meses, quando chegar o papelzinho junto com o IPTU, um tiro de extorsão da Prefeitura, não achar ruim. Aí já é Lei meu, amigo, aí não tem outro acordo, é pra pagar, porque o momento desta Casa está cheia é agora, do povo reclamar. Aí fica aqui um bando de mentiras, depois vão começar aqui as mentiras. É lógico, está lá com o Prefeito tendo as benesses! Uma cidade que nem Patos, que nem tem aterro sanitário, o povo vive comendo lixo, através da fumaça do lixão, taxa de lixo. É muito bonito, um monte de problemas na cidade, mas a prioridade da gestão: vamos discutir criação e aumento de impostos. Tem alguns que dizem: ‘Meu Deus, vamos ajudar aos pobres, vamos doar cestas básicas para os pobres!’ Como? Eu pergunto. Criando taxas e impostos pra os pobres pagarem. Olha só a mentalidade! Quem mais sofre, quem mais paga imposto no país são os pobres, os ricos têm incentivos. É triste uma situação dessas, mas tem gente que acredita. Senhores, abram os olhos, em alguns instantes nós vamos aflorar esse debate, aonde eu trago duas emendas suprimindo dois artigos que prejudicam diretamente o povo de Patos. E não adianta vir aqui e dizer: ‘Ah, mas tem algo bom do IPTU nesse Projeto’. Então quebre o Projeto em três, pra gente votar separado, ou, então, vote a favor das Emendas do Vereador Josmá, se o argumento é esse: tem o IPTU que facilita. Senhores, fica aqui essa colocação, leiam os Projetos. Peço o apreço dos demais pares, leiam os Projetos, senhores. Não vá nos outros não, porque tem gente só empurrando vereador aqui em abismo, porque, depois, quando procurar terra nos pés, não tem não. Muito obrigado, Presidente. Um abraço. Deus, pátria e família. Uma boa noite.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna o **Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro**, para uso da sua fala: “Senhora Presidente boa noite, ao passo que saúdo os colegas parlamentares que por cá não estejam, de forma remota ainda se encontram. Saudar a todos quantos possam nos acompanhar pelas redes sociais. Dizer que nós temos a transmissão da TV Câmara pelo YouTube da sua Smart TV, na comodidade da sua casa você pode e deve acompanhar o que o seu vereador estar a produzir. Abraçar os nossos colegas de imprensa, todos quantos também estejam pessoalmente aqui no Auditório Dona Milindra, meus senhores e minhas senhoras. Em primeiro, eu gostaria de chamar a atenção a cidade de Patos, que eu estarei dando voz, em viva voz, ao Comandante Rômulo do 3º Batalhão, muitas motos, Vereador Décio, estão sendo roubadas na cidade de Patos. Vários mototaxistas, em número de nove, nos últimos quarenta dias, registraram a perda do seu meio de vida, daquilo que lhe sustenta, da sua forma de trabalhar, de dá sustento, de dá proventos a sua família. Então, solicitar. Eu faço uma apelo aqui, primeiro a sociedade patoense,



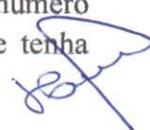
amanhã pode ser você. Alguém com atitude suspeita, alguém que você sabe que roubou uma moto, furtou uma moto, uma placa que você escuta na rádio, uma publicação na rede social, entregue, cabuete. Faça a cabuetagem impositiva, não é Vereador Nandinho. Faça isso sob égide de amanhã ser você. Então, Comandante, primeiro agradecer o incansável trabalho, Sargento Patrian, da briosa polícia militar, mas pedir mais empenho. Vamos pra rua, vamos realmente fazer uma segurança cada vez mais pujante. Os motociclistas de Patos, os mototaxistas estão feito policiais, Patrian, os policiais vão trabalhar, não sabem se voltam, os mototaxistas vão de moto, não sabe se voltam a pé. Então, pedir ao Superintendente, ao Comandante do Batalhão: bora botar a turma pra engrossar essa fiscalização. Hoje, eu escutava a Rádio Espinharas, Adilton e Célio, Igor deve estar a nos acompanhar, gosto muito também da Morada do Sol, da cobertura da Espinharas, da Arapuan, da Universidade nem falo, mas eu escutava hoje a Espinharas, que pese fazer rádio, eu escuto rádio, o Viana, Presidente da Associação dos Sapateiros, lamentava o que passa a classe dos sapateiros na cidade de Patos. E eu cobrei aqui na tribuna da Câmara, por primeiro, o auxílio emergencial para músico e para outras categorias. A classe dos sapateiros ainda está em recuperação financeira, muitos passando fome. E eu vejo ano que vem o Prefeito, no orçamento que estar pra gente votar duzentos e trinta e poucos mil reais para um carnaval. Sapateiro só serve pra tomar cachaça e pra ver bloco no meio de rua? Que, inclusive, como é rápido o carnaval, cancela o carnaval, Prefeito. Já voltar com festa? Tomara que o senhor possa, em pandêmicos passados tempos, fazer o melhor São João de todos os tempos. O São João tudo bem, agora carnaval! Já tem dinheiro. É muito dinheiro pra tão pouco que essa turma tem de volta. Registrar também isso aqui. Vamos a pauta que mais uma vez me traz à Câmara Municipal de Patos a fazer uso da tribuna, vamos nós. Numa guerra de versões, numa discussão enorme nós temos a empresa Rizzo Parking, que aportou na cidade de Patos, deu entrevista, no auditório da Rádio Espinharas, veio aqui, o representante e sentou onde o Vereador Décio está sentado, e disse que eram dez minutos. Eu dei voz, reproduzi a fala dele, fui pra o carro de som sábado, domingo, segunda. Terça-feira o Prefeito foi pra rádio dizer que eram alguns que inventam, que eram alguns que criam, que é alguns caçadores de Pokémon. Essa foi a infantil declaração descabida do Prefeito. Sobre isso eu dou a ele todo direito, porque eu não posso pensar que vou vim pra cá falar de prefeito ou vou pra rua criticar prefeito, e prefeito dá recibo 'calar a boca'. Não, isso é normal. Que bom que ele respondeu. Pois bem, todo patoense caminha pelo centro, e este papel está sendo entregue pela Empresa Rizzo Park, dizendo a hora (uma das horas mais caras do Brasil é a de Patos). João Pessoa, duas horas, R\$ 3,00 (três reais), Salvador, capital da Bahia, R\$ 2,00 (dois reais), Rio de Janeiro, Copacabana, Tijuca e Leblon, R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), Patos-Paraíba, Brasil, R\$ 2,00 (dois reais) a hora. Que não possa a cortina das motos e dos vinte minutos cobrir a sangria no bolso do patoense. É importante a rotatividade com criação de emprego e com preço baixo. Essa empresa só vai deixar quatorze empregos em Patos. Não sou eu que estou dizendo, é o diretor da empresa. Eu coloquei o áudio, na última quinta-feira. Não é Jamerson Ferreira que está dizendo, foi o diretor da empresa, quatorze. Já chegamos a ter cinquenta. Então, sob o pretexto de rodar vão levar, só não vou dizer furtado, porque foi por cá aprovado, vão levar o dinheiro de



Patos. Aí o remendo é pior do que o verso, pior do que o soneto. Alguém da empresa veio dizer hoje, que esses papéis aqui, meu amigo Maurição, respeitosamente, que aqui estar, já estavam prontos, que por isso distribuíram. Por que a empresa não mandou fazer outro? Porque um dos sócios da empresa, o máster, é dono de um banco. Ele me entregou este cartão ali, o senhor Roberto Boa Ventura. Ele é dono do Banco Celina, do Paraná, que o prefixo é dezenove, é do mesmo grupo da empresa que veio lá da baixa da égua explorar as ruas de Patos. Quer dizer, que Banco é esse? É um banco de verdura no Mercado Central? Porque um banco que tiver dinheiro, manda fazer outros panfletos. É não, amigo, isso aqui é colar colou. Eu hoje quero fazer uma fala diferente, eu aqui quero prestar a minha solidariedade ao Prefeito Nabor Wanderley. Eu quero dizer que estou aqui solidário ao Prefeito Nabor Wanderley, ao ataque de vergonha que estão querendo imputar no Prefeito, ao recibo de incompetente que estão querendo empurrar ao Prefeito Nabor Wanderley. Não foi o meu candidato, mas o meu Prefeito está passando vergonha, e eu estou solidário ao meu Prefeito Nabor Wanderley, prefeito de todos aqui, o nosso prefeito. Eu quero prestar e emprestar a minha solidariedade, não quero que meu prefeito passe papel de bobo e de besta. O Prefeito foi pra Rádio Arapuan, todo mundo viu essa pecinha aqui, a lei é clara: 'serão tolerados vinte minutos para carros. Não haverá rotatividade para motocicletas'. Qual o papel Patos, agora eu acredito. Eu acredito na empresa, eu acredito no prefeito ou o prefeito está fazendo papelão? Quem estar com a verdade, quem vai pra rua cobrar agora? O Prefeito vai estar na rua andando vaga por vaga? Vai não. É você que vai estar na rua. É o babão do Prefeito, que esculhamba vereador em rede social, que vai estar na rua? É não Patos. Então, o meu Prefeito foi pra rádio dizer que morreu Maria preá, e ele foi feito de besta. Fizeram o prefeito de paspalhão. Eu aqui sou solidário contigo Nabor, eu estou contigo e não abro, não vão te fazer de besta. Eis que atento sou, o Prefeito colocou em Diário Oficial extra, está aqui, o Prefeito está fazendo uma solicitação, está notificando a empresa Rizzo Park. Saiu hoje, depois de pau no lombo, depois da pressão que nós demos desde a semana passada. Vamos pra segunda semana de pressão, até vereadores da própria base liga pra gente, e diz: 'você está certo'. É ou não é Josmá, é ou não é Zé? Então, em resposta ao ofício 003, 001410, emitido pela Empresa Rizzo Park, quer dizer que a Empresa mandou um ofício pra Prefeitura: 'Vimos comunicá-lo da notificação para o devido cumprimento da outorga mínima do tempo de tolerância de vinte minutos, e não rotatividade de motos, em acordo com o artigo 7º e 17º da Lei Municipal 5.529'. Patos, esse contrato foi feito antes da Câmara aprovar a Lei. Está na cara, não ver quem não quer. Aí o Prefeito que encontre o culpado, se foi o Secretário de Administração ou foi o Secretário Superintendente da STTRANS, alguém tem que responder. O que não pode é o Prefeito passar esta vergonha. Prefeito Nabor Wanderley, chame o feito a ordem! Nós já estamos com dois advogados e estou questionando na justiça esse contrato. O contrato não seguiu o que a Câmara aprovou. Esse contrato vai ser derrubado na justiça, já estamos entrando com a ação. O artigo 7º que essa Câmara aprovou, a fixação do preço a ser cobrado, os horários e funcionamentos em tempo máximo das vagas, que o próprio Prefeito acabou de falar no Diário Oficial Extra, o Prefeito citou o artigo que eu estou dizendo que está errado: 'ficarão a cargo do poder público, devendo ser estabelecido antes do início da licitação'. Então, é de competência



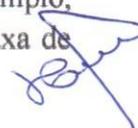
do Prefeito dizer como o contrato será regido. Se a empresa pegou o contrato errado, alguém errou e está expondo o Prefeito a este vexame público. Vou além, o Parágrafo 2º: ‘Será constituído o Conselho Municipal de trânsito, em caráter consultivo’. Cadê o Conselho? Não teve, não tem. O contrato está errado. Na fala do rapaz no Patos online, hoje, ele diz que o modelo é o mesmo em todo o Brasil. Espera aí, alguém copiou colou e esqueceu de trazer pra Patos? Prefeito, o contrato está errado, cancele Prefeito Nabor Wanderley este contrato. Estou solidário com o Prefeito de minha cidade, eu não quero ser vereador e sair visitando, como eu viajei, semana passada, e está dizendo: num canto como é aqui? ‘Aqui o prefeito é assim. E na tua cidade?’ Na minha cidade é do jeito que o empresário diz, porque a Câmara que eu sou vereador aprova uma coisa, o contrato é errado, e querem empurrar do jeito que a empresa quer. Quem votou em Nabor, que está me acompanhando, que está me ouvindo, o vereadores da base que votaram em Nabor, vocês votaram em Nabor ou votaram na Rizzo Park? Vocês querem que quem mande na cidade a Rizzo Park ou Nabor? Eu quero que Nabor, porque é ele que eu tenho que fiscalizar. Prefeito, chame o feito a ordem, cancele este contrato, não passe Prefeito Nabor Wanderley, essa vergonha. Eu estou solidário, porque estou vendo estou sentindo que o prefeito quer chamar o feito a ordem, ele foi pra rádio chamar o feito a ordem, e a palavra do prefeito não tá valendo. Todo mundo não recebeu o áudio, todo mundo não compartilhou, a palavra do prefeito não está servindo. A Lei é clara: ‘serão vinte minutos de tolerância para carros, não haverá rotatividade para motos’. As motocicletas também não vão pagar nada, muito menos vão ser multadas. Prefeito Nabor Wanderley, se isso aqui servir, a sua palavra Nabor é isso aqui, vale menos do que essa folha rasgada. Se o senhor não cancelar esse contrato, Nabor Wanderley acaba de também rasgar a sua palavra. Muito obrigado, Patos pode mais.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador José Gonçalves da Silva Filho**: “Senhora Presidente Tide Eduardo, em nome da qual eu saúdo a todos os vereadores e vereadoras. Saudar o público aqui presente. É bom essa retomada, a participação da população pra acompanhar aqui as sessões da Câmara Municipal de Patos. Esse esforço é fundamental, e a cada dia a gente ver uma presença maior do público aqui na Casa Juvenal Lúcio de Sousa. A todos os companheiros e companheiras da imprensa, aos servidores desta Casa, aos servidores públicos municipais ao povo de Patos, nossa gratidão em estar aqui pra justamente representar os interesses de todos e de todas. Tem momentos aqui que eu fico matutando, imaginando, aqui é a Casa do povo? E se for a Casa do povo, por que tantos Projetos prejudicam o povo? Eu estava no lugar que vocês estão aí, assistindo a uma sessão aqui, onde escutei do vereador que hoje é Secretário de Agricultura, Ferré Maxixe, afirmar que aqui é a Casa do povo, mas é também é a Casa dos vereadores. Então, como é a Casa do povo, e o que a gente vem observando, no dia a dia ou historicamente, são Projetos e mais Projetos que em grande parte prejudica o povo pobre, trabalhador, desempregado aqui de nosso município. Eu acho que essa situação que passou o nosso município nesses quatro anos, de dois mil e dezesseis, dois mil e dezessete, dois mil e dezoito, dois mil e dezenove e dois mil e vinte, a esperança eram que as coisas mudassem radicalmente agora, em dois mil e vinte e um. Mas muitos utilizam a questão da pandemia, não tenha dúvida que é uma questão séria, e o número de infectados e número de mortes estão sendo retomados, e é preciso que se tenha



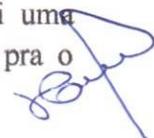
realmente essa preocupação. A esperança do povo é que a gente não presenciasse mais Projetos vindos do Executivo que penalizasse o povo, e aí, gente, a grande discussão que tivemos o ano passado, foi justamente esse código tributário código perverso, código que obrigava e continua obrigando os contribuintes a pagarem os seus impostos de forma desproporcional. A gente tem uma dificuldade aqui em Patos na questão do trânsito, mas a solução para o trânsito de Patos não está em importar uma empresa, como essa Rizzo Park, que o riso é pra eles e o park também é pra eles, apenas levar o dinheiro do povo patoense. Diga-me aqui outro benefício dessa empresa para o município? 'Ah vai ficar aqui um percentual pra ser destinado ao município, de 10% (dez por cento). Ora, se a empresa levar duzentos cinquenta mil, vai contribuir com vinte e cinco mil reais. Mas ainda dizem: 'Ah, mais vai sinalizar tudo'. Grande coisa, colocar social pra sinalizar as faixas aqui em Patos. Porque eu já estou elogiando, essa tinta é aplicada na sexta-feira, na segunda-feira, sem cair um carçoço d'água, não tem praticamente mais nada. Que tinta tão ruim é essa que a STTRANS, historicamente, tem usado aqui em Patos? 'Ah, mas não vai cobrar de motos. Ah, vai ser dois reais a cada duas horas'. Está sendo dois reais a cada uma hora, e as infrações estão aqui, e a STTRANS vai ser a serviçal dessa empresa Rizzo Park aqui em Patos. Vai ser serviçal porque ela vai dá cobertura. É a mesma coisa de ter segurança. Essas infrações aqui quem vai aplicar é a STTRANS. Vou repetir aqui o capítulo 5º artigo 15º: 'Ultrapassar o tempo máximo de estacionamento na mesma vaga', infração. 'Ultrapassar o tempo limite estabelecido no ticket', infração. 'Trocar o comprovante de pagamento após expirado o tempo regular de permanência na mesma vaga', infração. E aqui o Parágrafo Único está dizendo sabe o quê? O auto de infração de trânsito por não pagamento da tarifa para uso dos espaços na zona azul poderá ser feito pelo agente da autoridade de trânsito que presenciar o veículo sem o ticket ou pela modalidade OCR, que é a tecnologia realmente utilizada, com vídeo monitoramento conforme Resolução 451 do CONTRAN, nos termos do artigo 181, XVII, do Código de Trânsito Brasileiro. Está aqui na Lei 5.529/2021, de 18 de março de 2021, aprovado pela Câmara Municipal de Patos, nesta legislatura. Eu quero que alguém ainda venha dizer que isso aqui é mentira. Mas tem gente ainda que tem a cara de pau de dizer que é. Está aqui, então a STTRANS não vai tá preocupada em organizar o trânsito não vai estar preocupada se realmente a empresa está arrecadando, se tem alguma infração, se tem alguém fora do horário, pra punir, punir. Está claro, está óbvio pra todos? Então, é isso que realmente está aqui. E não precisava disso. Eu digo aqui com toda tranquilidade, se a Prefeitura Municipal de Patos contratasse cinquenta trabalhadores e trabalhadoras, com carteira assinada, pela CLT, pagando o salário mínimo, pagando a insalubridade, não chegaria a dois mil reais por trabalhador, a dois mil reais. Mas não, mentem quando dizem que iria gerar cinquenta empregos. Está aí, não chega a quinze, porque são máquinas. A visão dessa turma: máquinas. Quem escutou a entrevista do dono da empresa, hoje, você viu a sensibilidade dele? Não está nem aí com a gente, quer lucro. Não está nem aí, e disse que é geral, que vai acontecer isso mesmo. Agora, observem uma coisa, já pensou quem vai sofrer mais. Os trabalhadores e trabalhadoras que trabalham no centro, que vem do Alto da Tobiba, do Jatobá, do Monte Castelo, do Residencial Itatiunga, do Distrito Santa Gertrudes, das Sete Casas, lá do Matadouro, dos bairros de nossa cidade, da zona

rural. Você vai estacionar a moto, e antes de duas horas tem que está lá, pra colocar em outro canto, a não ser que faça um acordo, cadastre quem estacionar na Rua João da Mata, depois cadastrem quem estaciona de frente ao Edifício Estevam, e de duas em duas horas fazem a permuta. Vai ser bonito, vai parecer a Índia. É bonito está acontecendo aqui na cidade de Patos, a capital do sertão, que enchem o peito nos palanques, e a gente tem uma situação dessas, vem uma empresa e simplesmente faz o que quer aqui em nosso município. Então, por isso que eu acho que essa distribuição desse panfleto é uma grande irresponsabilidade, porque está aqui: 'motos gratuitas com rotatividade obrigatória'. Como é que o cara botou aqui Patos? Então é em Patos, não é noutra município, é Patos. E quem aprovou esse Projeto, o Prefeito que fez essa besteira de chamar essa empresa pra essa zona azul que resolva, agora a gente vai continuar aqui na luta no dia a dia. Por isso que nós solicitamos através de requerimento, o contrato firmado com a Empresa Rizo Park e a Prefeitura Municipal de Patos. Mais, companheiros e companheiras, eu trago aqui também uma preocupação em relação a algumas inaugurações que foram feitas nos cento e dezoito anos em nossa cidade. E a comunidade do poço Comprido, vizinho ao Mocambo de Baixo e Mocambo de Cima, onde funcionou o antigo Bar do Papelão, uma caixa d'água sem ter um pingão d'água. Pois é, isso aqui em Patos, não foi noutra Estado não, foi aqui em Patos. Até hoje não chegou água nas torneiras de mais de cinquenta famílias que moram no Poço Comprido. Inclusive, eu soube informações agora bem quentinhas, não foi ainda regularizado o problema d'água. E vão lá e vão inaugurar. Deveriam ter o bom senso e esperar. Não precisa desse aperreio, desse vexame, muitas vezes para apresentar o que não foi concluído. E a comunidade lá está sofrendo, porque dizem que os canos estão entupidos. Como é que pode, faz a tubulação, coloca a tubulação, e os canos estão entupidos. Essa caixa d'água foi comprada por vinte e três mil reais, veio lá do Goiás, o frente era nove mil, mas sabem quanto dizem que pagaram agora? Dezenove mil só de frete, praticamente o valor da caixa d'água. Porque começa e não termina. Essa obra vem se arrastando desde dois mil e dezenove para atender a uma comunidade rural. Então é essa situação. Nós estamos recebendo denúncias dos moradores do Poço Comprido. E ainda me chamaram para a inauguração. Inaugurar o que? Água sem ter um caroço d'água? Pelo menos um caroço, não vou nem dizer um pingão. Então é importante falar isso aqui para vocês. A outra situação, companheiros, é em relação aos sapateiros de Patos. Eu tive a oportunidade de ser bolsista do CNPQ, trabalhei onze meses, quando existia a Associação, que ainda existe, a cooperativa dos sapateiros. E os sapateiros de Patos até agora só receberam promessa dos políticos e nada mais. O Centro de Comercialização do Calçado, na João da Mata, está fechado. E, hoje, eu escutava uma entrevista do representante da SINEP na Paraíba, dizendo que fez a licitação, e está encontrando dificuldade pra encontrar bancada pra colocar os produtos. Veja que irresponsabilidade com os sapateiros aqui do nosso município. Agora, quando é carnaval, quando é na política eles são lembrados. Os sapateiros de Patos, os companheiros que estão trabalhando em gangorras dentro de suas casas, porque o distrito industrial não era pra ser naquele local para os sapateiros, era pra ser um local próximo as suas residências, poderia ser inclusive nessa alça. Mas não, não está realmente sendo atendida a demanda dos sapateiros aqui do nosso município, e estão

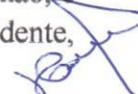
sendo penalizados. Juazeiro do Padre Cicero avançou, e Patos vem só regredindo a cada dia. Podemos dizer que a menina dos olhos da indústria de Patos é do calçado, e não foi até o momento vista com bons olhos pelos governantes nos três níveis, mais especialmente no nível municipal e estadual. Vamos olhar de forma diferente e atender as demandas dos sapateiros aqui de nosso município. Tem muita coisa a falar ainda, mas o tempo se foi. Mas só dizer aqui que anunciaram o mamógrafo do Hospital do Bem, mas dizem que o mamógrafo é alugado. Espero que não aconteça o mesmo que aconteceu com o elevador, que não pagaram, e levaram de volta.” Atendendo convite da Senhora Presidente, ocupou a tribuna o **Vereador Fernando Rodrigues Batista** para fazer seu pronunciamento: “Boa noite senhoras e senhores, Senhora Presidente, em nome da qual eu saúdo toda a Mesa Diretoria. Gostaria de saudar toda a plateia, sejam bem vindos! Em nome do eterno Vereador Marcos Eduardo, eu gostaria de dar boa noite a vocês. E essa é a casa do povo. Povo de Patos, essa noite vou logo começar pelo requerimento que trouxe a esta Casa, onde solicito da Secretaria de Saúde do nosso município, na pessoa do Secretário Leônidas, a implantação de um médico neurologista pediátrico, porque é um dos profissionais da saúde mais importante, não diferente de todos os outros. A especialidade desse médico é com crianças com síndrome de down, crianças que nascem com problemas de massa cefálica, enfim. É um requerimento muito importante que eu trago essa noite, e espero que o meu requerimento seja atendido, e meus colegas possam subscrever. E esta noite também eu quero tratar de um assunto que está dando o que falar no nosso município. Primeiro, esse assunto da zona azul, um assunto que está tirando o sossego de muita gente, muitas pessoas ligando pra mim, perguntando. E já dei centenas de explicação, porém, o que está incomodando o povo não é nem em relação aos carros, mas sim as motos. E digo a vocês, povo de Patos, aqui, não diferente dos outros, eis um vereador que tem palavra, eis um vereador que vota no que quer, a hora que quer, no meu entendimento. Sempre costumo dizer: não fui eleito por prefeito, não fui eleito por secretário e nem por deputado e muito menos vou comer pressão de seu ninguém. E digo a vocês aqui, que até sexta-feira, se essa taxa da zona azul que o dono da empresa ou gerente, eu não sei o que ele é, está ameaçando de cobrar, dou minha palavra pelo Prefeito Nabor Wanderley como esse contrato vai ser rompido, porque aqui tem um vereador que tem coragem de lutar pelo povo, tem coragem de brigar, que não abre nem pro trem, que sou eu. E outro assunto que está incomodando muita gente, na noite de ontem recebi ligação de uma pessoa, espero que ele esteja aqui na plateia, sei que foi a mandado de um vereador, vou rasgar já, já o nome do vereador, que eu não tenho papa na língua não. Eu venci o fogo e a morte não foi pra está trocando palavreados com vermes insignificantes não, eu tenho coragem. Essa pessoa ontem ligou para mim, perguntando de que maneira eu votava hoje nessa taxa do lixo, que ninguém aqui vai votar hoje em taxa de lixo, cobrança de taxa de lixo, ninguém aqui vai votar não. Mas se o senhor, que eu não sei seu nome, estiver aqui na plateia, daqui a pouco o senhor vai ver como é que o Vereador Nandinho vai votar. E outra coisa que me incomoda, muito diferentemente dele, eu fugi um pouco do contesto, mas eu vou voltar, pessoal vou explicar aqui a vocês essa taxa do lixo como é que funciona. Não são todos os pobres que irão pagar. Eu vou dar um exemplo, o Cangote do Urubu não irá pagar taxa de lixo, a Vila Teimosa não irá pagar taxa de



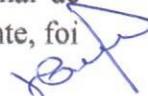
lixo. Uma casa só vai ser cobrada a taxa de lixo, se ela tiver mais de setenta metros quadrados. Porém, essa taxa é absurda, o qual o senhor vereador, eu dirijo a palavra a ele, Josmá Oliveira, está assombrando o povo de Patos, convocando o povo de Patos a pressionar seus vereadores. Vereador, se a Câmara Municipal estiver cheia não dar pressão em mim ainda, está entendendo? Não dava não, Vereador. Mas eu vou chegar até a onde eu quero. Pessoal, povo de Patos preste atenção, eis aqui um vereador que tem palavra e sabe o que está fazendo aqui até hoje, eu estou dando uma de besta. O Vereador Josmá disse que é conhecido por doido, o senhor não é doido não. Agora, pense num doido que está na tribuna aqui. Eu sou doido. Eu vou dizer ao senhor, uma casa com setenta metros de área coberta, olhe o absurdo que a Prefeitura vai cobrar, ela vai pagar, em média, por mês, oitenta e nove centavos. Mas o Vereador Josmá Oliveira insulta os companheiros, e fala até em cesta básica aqui, que ele não tem coragem de olhar, igual eu estou olhando pra o senhor, e dizer dessa forma. O senhor insultou agora a pouco, não, não abra os braços, não der uma de vítima não, que o senhor é demagogo. O senhor muitas vezes, vereador, é mentiroso. O senhor é mentiroso. Agora, o Vereador Nandinho não é não. Pessoal, ele insulta os vereadores aqui, eu acho que ele dirigiu a palavra a mim: 'vai votar no que não sabe no que está votando'. E insulta falando em cesta básica. O senhor tem a coragem que o Vereador Nandinho tem. Vá lá ao Guedes Supermercado, que nem Nandinho foi o mês passado, e comprou cem cestas básicas, a sessenta e nove e noventa, que dar sete mil reais. O Vereador Nandinho tem coragem. E no mês de dezembro agora eu convoco o povo de Patos, e digo assim: eu vou dar quatrocentas cestas básicas, que é com o meu recurso. Eu não preciso de dinheiro de Câmara de Vereador não, e nem de Prefeitura. Eu vou fazer o maior 'Natal sem fome' que o povo de Patos já viu. Vou beneficiar a Vila Teimosa, Cangote do Urubu, Vila Mariana, porque eu conheço a fome de Patos. Numa fala minha aqui, anteriormente, o senhor abriu os braços para mim, como essa vez agora, eu quis dizer que o senhor não sabe onde é que está a fome de Patos, o senhor tem nojo de pobre. O senhor pega na mão de um pobre e lava suas mãos com álcool, o senhor não sabe o que é fome não. Agora eu sei. Está entendendo, Vereador? O senhor não diz que é doido, agora aqui está um doido na tribuna. Agora um doido inteligente que luta pelo povo. E daqui a quatro anos a gente vai ver quem permanece aqui. E minha campanha, eu sempre costume dizer Vereador Ítalo, o senhor foi o mais bem votado, mas eu fui o último a sentar aqui na mesa, como fez o Rei Davi, mas os últimos serão os primeiros na palavra de Deus. Glória a Deus! O senhor já insultou muitos aqui, quando diz que não é crente, que não é cristão. Eu sou cristão, mas pra eu ser cristão não preciso está dentro de igreja bajulando pastor, não. Eu sirvo ao meu Deus com o joelho no chão, de madrugada, com minha família, com meus filhos, Vereador Décio, e digo a vocês que continuarei fazendo assim. No dia que o Prefeito, povo de Patos, mandar um Projeto, como eu já votei contra, e voto quantas vezes eu achar que é certo, meu amigo Menininho, você me conhece, você sabe do meu sofrimento desde pequeno. O senhor nasceu em berço de ouro, mas eu nasci na pobreza, eu conheço a fome, eu conheço a maravalha, eu conheço o Mata Burro, porque eu nasci lá. E tenho orgulho de dizer que sou filho de um pedreiro e de uma lavadeira de roupa, nunca peguei no alheio de ninguém. Terminei uma campanha aqui, Marcos Eduardo, em dois mil e doze, e quando terminei fui pra o



Estado do Piauí trabalhar em construção, passei dois anos e quinze dias lá, nunca peguei no alheio, Vereador Décio, terminei em dois mil e dezesseis. Tive que viajar de novo, trabalhar, sabe por quê? Porque nunca fui de bajular Prefeito, está nos pés de Prefeito, fazer campanha com dinheiro de prefeito, com deputado, igual a muitos. E o último, o ano passado agora, eu apoiei sabe quem? Apoiei o Juiz Ramonilson, mas chegue pra Ramonilson e pergunte quantas vezes o Vereador Nandinho pediu um real a ele. Chegue e pergunte, porque, Vereador Jamerson, eu sou da verdade. E eu tinha que fazer esse desabafo, porque, ontem, esse cidadão, mandando o povo ligar para os vereadores, fazendo fake News, perguntando como é que o vereador vai votar. Meu voto pertence a mim, e eu voto da forma que eu quiser, que eu achar que é certo. Nunca irei votar pra prejudicar o povo de Patos, porque o mandato foi dado por Deus. Muitos, Vereador Jamerson, diziam que eu não iria conseguir, mas Deus é maior, a quem Deus promete ele não falha não. A promessa de Deus não cai não, na vida de ninguém não. E há sessenta dias atrás, meu povo, vocês que não me conhecem e estão conhecendo hoje, eu estive no vale da sombra da morte, enquanto muitos amigos meus torciam pela minha derrota, outros subiam nos montes, de noite, que é um exemplo desse grande amigo que eu tenho, assessor da Vereadora Fofa, orando por mim. Não é porque eu seja ruim não, é porque eu presto, porque eu sou verdadeiro, Vereador Ítalo, o Senhor acompanhou minha batalha, o Vereador Décio e muitos. Quantas e quantas mensagens eu recebi. Sabe por quê? Porque eu sou verdadeiro, porque eu presto, porque eu sou vereador da terceira cidade da Paraíba, e com orgulho. E honrarei o meu mandato. Se daqui a quatro anos o povo de Patos achar que eu devo retornar a esta Casa, eu retornarei, continuarei fazendo o que estou fazendo. Se não, Deus me puna da forma que ele achar que deve punir.” Em aparte, a **Vereadora Cicera Bezerra** disse: “Poucos meses que esse cidadão usou essa tribuna aí a dizer que o Prefeito era pra multar as pessoas que jogassem lixo no meio da rua, pelo CPF. Quantas pessoas não iam ser multadas por causa dele, pelo CPF. E nós fomos contra isso aí, mas ele não ver isso. Que ele atçou o Prefeito. Um dia que o Prefeito mandar multar as pessoas, o responsável é ele pra defender, não somos nós. Muito obrigada.” Retornando ao seu pronunciamento, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Obrigado, Vereadora. Portanto, povo de Patos, essa taxa do lixo não vai prejudicar ninguém. Pessoas do Bairro da Liberdade irão pagar? Sim. Pessoas do Bairro do Santo Antônio irão pagar? Sim. E nesse Projeto que iremos votar hoje, o prefeito traz igualdade, sabe como? Um pobre que mora, digamos, no Bairro da Liberdade, na Rua do meio, se ele for pagar IPTU ele não vai pagar IPTU igual a um cidadão que mora no Vilas do Lago, que ganha trinta salários mínimos por mês, vai pagar não. Porque hoje está assim. Mas esse Projeto já foi votado em outra legislação nesta Câmara, o Prefeito está apenas aperfeiçoando o Projeto, colocando uma Emenda. Nós temos Emenda, tem uma Emenda desse cidadão, o Vereador Josmá, tem do Vereador Jamerson, tem do vereador Willami, e aqui os vereadores tem o direito de votar. Eu só não acho certo eu ter um Projeto pra aqui, e está convocando a população: ‘Pressione o seu vereador’. Isso é muito errado, Vereador. E quando o senhor, às vezes, dirige aqui a palavra, o senhor tem arroudeio, mas faça igual a mim, aponte o dedo e diga assim: ‘Eu estou dirigindo essas palavras aqui ao senhor. Não é a outro Vereador não, é ao senhor’. Muito obrigado, Presidente.” Atendendo convite da Senhora Presidente,



ocupou a tribuna o **Vereador Decilânio Cândido da Silva** para fazer o seu pronunciamento: “Boa noite a todos! Em nome da Presidente Tide, da nossa Mesa Diretora, dou uma boa noite ao nosso povo do plenário. Em nome da minha irmã Derlândia, que tanto me orgulha de vim acompanhar essa grande sessão de hoje à noite, tão debatida no meio da imprensa durante o dia, por causa dessa grande polêmica dessa tacha de lixo, que já foi votada. Todos nós sabemos, todo cidadão de Patos sabe, o ano passado, pelo nosso eterno Prefeito Ivanês Lacerda. Mas, enfim, Vereador Nandinho, isso faz parte da política, isso é o jogo político, muita gente que chegou aqui, chegou atropelando uns aos outros, com o meio de comunicação, com mentiras, com inverdades. Quero dizer a vocês sabe por que, Vereadora Fofa, o Vereador Décio anda diariamente na nossa cidade de Patos? Porque não ganhou a campanha dele com inverdade, com mentiras, com promessa de emprego, chegando na casa dos cidadãos e das cidadãs com muita mentira. Não estou falando aqui dos nobres vereadores, jamais, mas nós sabemos que na política existe de tudo, Vereador Marco César. Então, senhoras e senhores, hoje aqui cumprimento também, pra sair um pouco do foco, todos aqueles que nos escutam pelas redes sociais, nosso povo de Patos que nos colocou aqui, o qual eu tenho a eterna gratidão a todos. O Vereador Nandinho falou um bocado de verdade, aqui estamos apenas começando, amiga Solange, a qual eu cumprimento, amiga Severina, amiga Derlândia e aos demais que estão aqui nesse plenário. Pedir a Deus, mais uma vez, que libere, que acabada já está, que faz sessenta e quatro dias que a pandemia acabou, não tem pra que, no meu entendimento, ficar ninguém em casa, tem que está todo mundo na rua e trabalhando, que final de semana está todo mundo nos bares, bebendo e dançando. Só estou vendo restrição aqui nesta Casa para que o povo não chegue, mas tenho certeza, porque a nossa Presidente Tide é tão competente, que no final do ano dela resolver esse grande problema, e nós na votação novamente da Mesa Diretora está com essa Casa lotada, pra ver em quem vamos votar para que possa ocupar por mais três anos essa Mesa Diretora como Presidente, que seja ela ou que seja outro companheiro daqui da nossa Câmara Municipal de Patos. Então, senhoras e senhores, aqui já saudei a todos da nossa imprensa, os trabalhadores desta Casa, e venho aqui hoje apresentar apenas um Projeto de denominação de ruas, na noite de hoje, e venho a essa tribuna para com muito orgulho falar desse Projeto de denominação de ruas em homenagem a uma grande mulher da cidade de Patos, a senhora Margarida da Conceição. Apesar de ser natural da cidade de Conceição, dona Margarida tornou a cidade de Patos com o seu lar próprio mais de cinquenta anos, onde viveu com sua família. Além de trabalhar em sua tradicional lanchonete, localizada próximo ao mercado público da nossa cidade de Patos, na Rua Peregrino de Carvalho, onde vendia caldinho, picados e diversos outros pratos muito saborosos, ali ela fazia uma comida de extrema qualidade, fazendo diversas amizades, por tão bondoso coração que dona Margarida tinha. Por esse motivo a Margarida ficou bastante conhecida na nossa cidade como dona Neném do caldinho, uma mulher batalhadora e de um bom e imenso coração. Dona Neném tinha setenta e seis anos de idade, residia na Rua do Prado e tinha quatro filhos, sendo eles: Josefa, Damiana, Damiana do Hospital, uma pessoa de um extremo coração bondoso, que já ajudou muita gente no nosso Hospital Regional de Patos. Porém, infelizmente, dona Neném, no dia quinze de maio de dois mil e vinte, foi

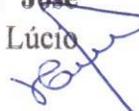


ao encontro de Deus, deixando muita saudade entre seus amigos e amigas, além de ter um legado de bondade para todos aqueles que conhecia. Portanto, é justa essa homenagem para esta grande mulher batalhadora, e que tanto contribuiu para o desenvolvimento da minha querida cidade morada do sol, nossa Patos, que tanto amo. Então, senhores e senhoras, aqui está registrado esse momento com essa dominação de rua em nome de dona Margarida. Então, eu queria falar a nossa toda população, que tanto a imprensa falou hoje, sabemos que tudo faz parte da política, e temos que aceitar. Tem os contras, tem os prós, então essa taxa de lixo, como eu já falei, foi criada pelo eterno Prefeito Ivanês, já votada. Apenas aqui posso explicar, que é para aquela cidade de Patos que tanto só outros prefeitos atrasavam salários de garis, porque não tinha condições de pagar. Até mesmo não sei Vereador Josmá, como o Prefeito Nabor Wanderley está conseguindo pagar em dia a esse povo, que tantos prefeitos não pagaram. Quero saber de onde ele está tirando dinheiro. Mas eu bem sei, porque faz quatro ou cinco meses que nós aprovamos uma Lei Orçamentária, de trezentos e cinquenta mil reais, então ele está fazendo o máximo esforço possível. Mais você sabe que nossa cidade de Patos se encontra com uma grande quantidade de entulho, porque a Prefeitura também tem muitas despesas. Sabemos que uma Prefeitura não vive sem arrecadar, entendeu? Até mesmo a taxa, que eu estudei o Projeto, e não é uma taxa tão grande, fazendo os cálculos com o meu assessor, vai chegar ao mínimo quarenta reais por reais, por ano, sendo dividido do jeito que a nossa população quiser, ou se não pagando quando for pagar a taxa do seu IPTU. Todos nós sabemos que qualquer prefeitura de qualquer canto do mundo, não só daqui do nosso país, da nossa cidade de Patos, vive de arrecadar impostos para que mostre seus trabalhos à população. De onde vem esse dinheiro? Tem que tirar sacrificar o pouco. Eu digo um pouco, porque é pouco mesmo. Eu sei que estamos em tempo de pandemia, todo mundo falava, hoje, nos meios de comunicação, estamos num tempo de pandemia, mas nós sabemos que isso vai dar uma grande contribuição. E eu vou ser o primeiro a cobrar, quando começar essa taxa rolar, que é uma pequena taxa, e ver nossa cidade se encontrar da mesma forma que está hoje, eu vou ser o primeiro a cobrar aqui, diante dessa tribuna, do nosso Prefeito Nabor Wanderley, mesmo sendo situação. Eu não tenho essa não, temos que cobrar os deveres e a qualidade de serviço da nossa cidade. Penso eu, eu me associo Vereador Jamerson, eu escutava muito o seu programa no tempo da Arapuan, era um ouvinte assíduo do seu programa, você bateu muito no prefeito anterior, porque atrasava o salário dos nossos garis. Eu não costumo chamar de gari, e sim os trabalhos da nossa limpeza da cidade de Patos. Fazendo greve, o Vereador Zé Gonçalves, que hoje está aqui, já fez diversas greves em frente a prefeitura já fez diversas greves em frente à prefeitura, porque o salário dessa turma estava atrasado. Então vamos dar esse voto de confiança, só homologar essa Lei, mais uma vez, para que possamos pra frente pagar, Vereadora Fofa, pra termos uma cidade mais limpa, de melhor qualidade, para que no tempo de eventos, aquele pessoal que vem de fora nos visitar, levar uma boa imagem da nossa cidade, porque nós já somos hoje, senhoras e senhores, a terceira cidade da Paraíba. Então, nós sabemos que temos que mostrar uma boa qualidade da nossa cidade para o povo paraibano, e também para o povo que nos visita fora de tempo de festa. E também quando vem pra nossa cidade de Patos. E outra coisa, senhoras e senhores, teve esse

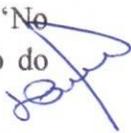


Projeto que eu votei aqui, e o Vereador Décio Motos votou, e votaria de novo, por achar que nossa cidade deve ser mais bem organizada, esse Projeto da zona azul. Nada disso que estão querendo cobrar aí está no Projeto, algumas coisas. Essa cobrança de rotatividade de motos, desde a primeira vez que o senhor Vereador Jamerson chegou rebatendo aqui, não aceitamos dessa forma que eles querem colocar. Entendo eu, por ser o Prefeito Nabor Wanderley um prefeito de ampla experiência, prefeito de terceiro mandato, jamais, Vereador Ítalo, ele vai aceitar essa firma vim lá de fora e mandar nessa cidade. O Prefeito já perdeu uma hora de programa na Rádio Arapuã, então ele já explicou tudo, que não vai cobrar. O Prefeito da nossa cidade, como gestor ele é a última palavra, ele que tem que dar a canetada e acabou-se. Se o Prefeito Nabor Wanderley aceitar esse Projeto do jeito que aí está, o Vereador Décio Motos é o primeiro a romper com o Prefeito Nabor Wanderley, se ele aceitar esse Projeto do jeito que está aí.” Em aparte, o Vereador **Jamerson Ferreira** disse: “Vereador Décio, com a permissão de Vossa Excelência, vou primeiro saudar aqui a sua família, as suas irmãs, todos que acompanham o Vereador Décio, um forte abraço. Conheço toda turma, sejam bem vindos, a casa é de vocês. Dizer parabéns, que da sua forma simples vem crescendo a cada dia. A cada dia que sobe a essa tribuna, o Vereador Décio vem se posicionando, Vereadora Fofa, tal qual a senhora quietinha, mas quando fala, solta o verbo. Então vem aumentando o desempenho de Vossa Excelência. Gostaria de parabenizar. Contribuir com tema, dizer que quando o pessoal da empresa veio aqui, estava o senhor, o Vereador David, o Vereador Willa, a Vereadora Fofa e a Presidente Tide. Eu chegava um pouco atrasado, e Vossa Excelência já foi o primeiro a me passar: ‘Jamerson, o negócio aqui, a turma está dizendo que é totalmente diferente do que a gente votou’. Chamava-me num canto aqui, e me dizia. E dizia: ‘Nós não vamos aceitar esse desrespeito’. E aqui eu testemunho a preocupação do Vereador Décio, desde o início, com esse Projeto. Mesmo o senhor tendo votado a favor, mas o senhor não abriu mão das suas prerrogativas. E aqui eu lhe respeito muito por isso, sobretudo, a última posição do senhor, que a eu chegar hoje também, o senhor viu o panfleto, viu o comentário, e dizia: ‘isso não pode acontecer’. Mas acredito eu que o Prefeito vai novamente chamar o feito a ordem, como já fez no Diário Oficial, e vai fazer por escrito. Eu acredito que até sexta-feira o Prefeito vai ser o velho Nabor de guerra, e vai cancelar esse contrato. Muito obrigado, Vereador Décio pela sua contribuição nesse tema.” Retornando ao pronunciamento, o Orador disse: “Obrigado digo eu, Vereador, pelo seu reconhecimento. Aqui, senhoras e senhores, eu já falei o que tinha de falar. Muito obrigado a todos. Um abraço a todos, uma boa noite a todos que estão em casa, nesse momento, nos escutando, assistindo pelas redes sociais. O que eu falei não retiro uma vírgula, se o Prefeito Nabor Wanderley aceitar essa firma vir querer levar o dinheiro da nossa cidade de Patos, que não tem no Projeto, muitos aqui falam que alguns vereadores não ler Projeto, isso, aquilo outro, eu votei porque eu li o Projeto, votaria de novo da forma que votei o Projeto da zona azul, se fosse colocar hoje na cidade de Patos votaria de novo. Agora da forma que essa firma está querendo colocar o Projeto, que não tem essas causas no Projeto, não votaria e nem voto nenhuma vez. E se o Prefeito Nabor Wanderley aceitar, o Vereador Décio é o primeiro a sair da base do Prefeito. Muito obrigado a todos.” A Senhora Presidente passou a ORDEM DO DIA, e

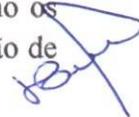
em seguida, colocou em discussão e 1ª votação o PROJETO DE LEI Nº 32/2021 – DISPÕE SOBRE AS MODIFICAÇÕES DE PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PATOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Acompanhado de seus devidos Pareceres. Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Esse Projeto é só inserido no exercício fiscal do ano que vem mais dinheiro para ações de programa sociais. Então, não há nem o que discutir, é nosso dever fiscalizar, é a prerrogativa do Vereador fiscalizar. Então é um Projeto que o Prefeito manda pra esta Casa, aumento recursos pra gastar em alguns programas sociais. Então, eu já disse, mesmo sendo oposição, não me posiciono em nada contra por se contra, voto a favor. Se é período eleitoral, se é isso, se é aquilo, é minha prerrogativa de vereador fiscalizar, como fiscalizo e tento fiscalizar ao máximo possível. Então, eu me posiciono favorável ao Projeto do Prefeito, e fiscalizarei que cada real que nós aqui estamos a aprovar vá à ponta da tabela pra quem mais precisa. É pra isso que nós estamos aqui, dentro até daquilo que se falava na semana passada, talvez não chegue à população, mas quando na ponta da tabela chegar serviços sociais, vai ter o dedo do Vereador Jamerson Ferreira se posiciona favorável a esse Projeto, Senhora Presidente. Obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Só pra fazer o encaminhamento, Presidente, em relação a discussão, uma matéria como essa que está sendo discutida agora, que é de caráter simples e tem poucos artigos, tudo bem o vereador tirar uma discussão única. Mas no Projeto três, que é a Emenda a Lei Complementar, Presidente, eu gostaria de ter meu tempo de discussão distribuído em três tempos, porque nós temos muito artigos.” A Senhora Presidente disse: ‘As Emendas serão votadas separadamente.’ O **Vereador Josmá Oliveira** argumentou: “Não, tudo bem, mas eu estou falando do Projeto 03, que é alteração também do Código Tributário. Eu estou falando especificamente dessa matéria, porque se trata de uma matéria que tem muitos artigos, aí pra a gente abordar numa fala só, no meu caso, eu acho pouco tempo pra poder discutir.” A Senhora Presidente disse: “Mas Vossa Excelência tem o tempo disponível que desejar. Só não terá replica. Quanto tempo Vossa Excelência tem pra explicar, Vossa Excelência fique à vontade.” O **Vereador Josmá Oliveira** respondeu: “É porque na última sessão que a gente estava discutindo aqui, foi colocado em discussão, aí teve um parlamentar que ficou mentindo, depois. Aí termina distorcendo os fatos, não tem como o cara reestabelecer a verdade. Aí, assim, eu acho mais democrático, Presidente. É só um encaminhamento, se quiser colocar em votação no plenário, tudo bem, mas eu acho mais democrático o ponto e contra ponto, eu acho o discurso mais democrático e mais plausível, até pra o pessoal entender aqui na plateia. É só uma sugestão.” A Senhora Presidente disse: “Vamos fazer o seguinte, nós vamos votar esse Projeto, e o outro Projeto nós colocaremos em votação a respeito até da discussão.” Pela Ordem, o **Vereador Sales Junior** disse: “Eu queria pedir a Vossa Excelência que ditasse as regras como Presidente, até porque todo mundo vai ter o tempo que quiser, até meia noite, uma hora da manhã, duas horas, três horas, quatro horas, cinco horas, não vejo problema. Obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador José Gonçalves** disse: “A gente tem que ter muita tranquilidade aqui na Casa Juvenal Lúcio



de Sousa, primeiro, pensar nessa nova legislatura pra não repetir as anteriores. Veja bem, esse Projeto modifica a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Patos. Eu, inclusive, tive a oportunidade, Nandinho, de fazer a leitura desse Projeto, hoje, presenciei também n discussão de ontem, e ele é interessante, porque nós estamos observando que as políticas públicas estão definhando, elas estão regredindo, elas estão sendo eliminadas. E é um grande prejuízo para a nossa população. Eu fico até pensando Presidente Tide, esses acidentes que acontecem de um ente querido, como foi esse caso do redeiro do Jatobá, onde a Prefeitura fica amarrada, porque tem um valor que não pode ultrapassar. Eu acho até que nós poderíamos discutir aqui na Casa Juvenal Lúcio de Sousa alguma matéria de ampliar esse valor. Poderia ser, inclusive, agora, esse ano, porque hoje, por exemplo, uma pessoa pobre morre, e o valor para a funerária é insignificante, muitas ficam devendo. E hoje está sendo muito rápido, você faleceu, automaticamente o cartório já manda o atestado de óbito pra o INSS, e você já não recebe, e por aí vai. Então tem uma grande dificuldade com isso. Então é importante a gente reforçar as políticas públicas. E a menina dos olhos das políticas públicas em Patos, chama-se a Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Então, aqui é uma adequação a questão de cestas básicas, de apoio realmente as famílias carentes aqui no nosso município. Então, por isso que eu também sou de acordo, voto favorável a esse Projeto.” Pela Ordem, o **Vereador Ítalo Gomes** disse: “Senhora Presidente, só pra justificar o meu voto, quão importante é saber que Projetos desta natureza chega à Casa Juvenal Lúcio de Sousa. E dizer a população que a gente vota diariamente Projetos importantes, Projetos de interesse da população e Projetos que venha a modificar a realidade da vida, vereador Sales Junior, da população menos favorecidas, aquelas que estão à margem da sociedade. E votar esse Projeto, Senhora Presidente, nós enquanto Poder Legislativo estamos contribuindo diariamente e diretamente com a vida da população que depende, Vereador Zé Gonçalves, de política pública de qualidade. Então, o Vereador Ítalo Gomes se posiciona favorável ao Projeto, e pede aos nobres vereadores que a gente possa aprovar o Projeto do Executivo por unanimidade.” Colocado em votação o Projeto de Lei nº 32/2021-PE, o mesmo foi aprovado, por unanimidade, em 1ª votação. A Senhora Presidente disse: “Como esse Projeto tem quatro Emendas, primeiramente, nós vamos votar as Emendas, e, após, votaremos o Projeto principal.” A Senhora Presidente colocou em discussão e 1ª votação a EMENDA SUPRESSIVA Nº 01/2021 – FICA SUPRIMIDO O ARTIGO 320 ITEM II DO PROJETO DE LEI ALCPE3/2021. Autor: Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega. Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Senhores, muito boa noite a quem nos acompanha aqui. Eu gostaria de reforçar o meu compromisso com a verdade, e não está aqui mentindo e nem ofendendo nenhum colega. Na noite de hoje eu estou apresentando duas Emendas, essa que nós estamos em discussão nesse momento é suprimindo o artigo 320, o item 02, que trata do seguinte: ‘Considera-se ocorrido fato gerador sempre que o órgão municipal competente executar ato pendente ao cadastramento imobiliário ou verificar adequações da atividade das normas administrativas constantes, municipal especificamente. Aí tem o inciso 1, quando a fiscalização de licenciamento para localização e funcionamento de atividade inicial, e o item 2, que diz assim: ‘No primeiro dia de janeiro de cada exercício fiscal, a fim de renovar a fiscalização do

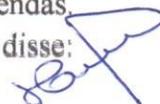


funcionamento das atividades já instaladas'. O quer que isso quer dizer senhores? Isso quer dizer que todo ano a Prefeitura irá cobrar uma taxa pela renovação de alvará, ou seja, vai ficar cobrando aí todo ano renovação de alvará. As empresas estão passando por uma dificuldade financeira, por conta da pandemia, e muitas já quebraram, e muitos pais de famílias estão perdendo seus empregos. E a taxa tributária na cidade de Patos é uma coisa absurda. Pra vocês terem ideia, os comerciantes da cidade de Patos eles pagam todos os anos a taxa do alvará do meio ambiente, que varia entre trezentos, setecentos, até mil reais, dependendo do tamanho da empresa; tem também o alvará de saúde, que é outra taxa absurda que vem sendo cobrada. E agora estão querendo criar a taxa de renovação de alvará, ou seja, mais responsabilidade para os pequenos comerciantes da cidade de Patos pagar. Pequenos comerciantes, quando eu falo, são aquelas empresas que geram dois, três empregos, que são a maioria das empresas da cidade de Patos, e são justamente essas as que mais geram empregos na cidade de Patos. As pequenas empresas que tem dois, três funcionários, ela, aparentemente, pode até gerar pouco emprego, mas a quantidade dessas empresas que existem em nossa cidade, mais de 90% (noventa por cento) das empresas, são essas empresas que geram dois, três postos de trabalho. E a maioria dessas empresas, 80% (oitenta por cento) delas estão passando por dificuldade financeira. Aonde nós deveríamos está discutindo aqui a exoneração de algumas taxas e impostos durante a pandemia, e não criar mais imposto pra dificultar a vida cada vez mais de quem quer empreender e gerar emprego na cidade de Patos. É assim, é assassinando quem gera emprego que você diminui a oportunidade de pessoas pobres terem emprego e renda. É perseguindo quem abre um empreendimento, que você prejudica o mais pobre. Porque quantas menos pessoas tiverem abrindo empreendimentos, menos empresas, menos empregos. Isso aqui é lógico, senhores. Quanto mais você perturbar quem gera emprego, menos essas pessoas vão quer investir, menos essas pessoas vão gerar emprego. Portanto, esse artigo aqui suprime esse item, essa cobrança de taxa de renovação de alvará. E aqui, até então pra estabelecer a verdade, porque aqui na Câmara nós deveríamos seguir o exemplar daquela série raio waze da Netflix, de batatinha um, dois, três, aonde a regra é não mentir, quem mentisse estivesse eliminado. Porque vão dizer aqui que esse Projeto todinho é bom, porque beneficia no IPTU, mas está aqui empurrando a faca no pequeno comerciante. Então, se o IPTU é bom, se vai votar no Projeto de todo jeito, que a maioria esmagadora do Prefeito, aqui, é assim, tem vereador que diz aqui o que o Prefeito quer, a verdade é essa. Se vai votar de todo jeito, e diz: 'Ah, eu vou votar nesse Projeto porque ele é bom por causa do IPTU'. Ótimo, então vote na minha Emenda, que está votando a favor por causa do IPTU, e vamos suprimir a taxa de renovação do alvará. A maioria estava dizendo: 'A gente tem que votar a favor, porque, assim, tem umas coisas ruins, mas tem umas coisas boas. As coisas do IPTU são boas. Então vamos fazer o seguinte, vote na Emenda, que a gente suprime a taxa de renovação de alvará, aí fica só coisa boa pra vocês votarem. Olhe como é bacana essa minha Emenda. Eu tenho certeza que todos os vereadores aqui, sem mentira, não é pra usar a tribuna pra mentir não, estão preocupado com o povo, e vão votar nessa matéria de hoje só porque ela é boa por causa do IPTU. E tenho certeza que essa minha Emenda aqui, como os vereadores estão preocupados com o povo de Patos, com o comércio, com a geração de

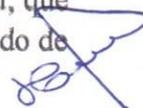


emprego e renda, eles vão votar a favor da minha Emenda, e provar que estão ao lado do povo. E depois vão votar tranquilo, sem peso de consciência, na matéria completa, porque não vai ter taxa de renovação de alvará pra quebrar o comércio de Patos. Porque, semana passada, estavam dizendo aqui: 'Vai se instalar uma empresa na cidade de Patos'. Mês passado fechou mais de vinte. O senhor ou a senhora que está me escutando em casa, que está botando currículo no comércio, e nunca é chamado, sabe muito bem o quer que eu estou falando. Pra depois não vim aqui um show de mentiras, um monte de mentira, por isso que eu estou clamando aqui pra a gente fazer igual aquele jogo lá: batatinha um, dois, três quem mentir está eliminado. Portanto, senhores, eu tenho certeza que esta Casa está preocupada com a geração de emprego e renda, e só vai votar esse Projeto aqui por conta do IPTU. Nós vamos suprimir essa Emenda que quebra o comércio de Patos, e a gente vota tranquilo, depois, na matéria. Muito obrigado, Presidente." Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: "Oi, oi, pode deixar não precisa baixar não, se eu fico falhando, as vezes esta distraído ai eu falo e a minha voz não sai, se apitar a gente desliga a caixa. Se precisar de um som, eu vou buscar o meu em casa. O que não pode é eu ficar falando e o microfone desligado. Não é a primeira vez, não, da outra vez não estava. Vamos lá, do jeito que ele está aqui pode deixar ligado. Se desligar eu trago o meu, Senhora Presidente, eu tenho um microfone. Desligo esse aqui e guardo, porque não é a primeira vez que isso acontece. Vamos nós, retomando aqui o meu raciocínio, é porque tem umas coisas aqui que foto é pra uns e outros não, som é pra uns e outros não, o meu diploma de vereador é igual ao de todo mundo aqui, um dia que alguém tiver um diploma diferente do meu aí eu saio. Pois bem, nós temos aqui, senhores vereadores, senhoras vereadoras, sobretudo, quem pretende ser candidato a vereador nas próximas eleições, o quanto é difícil está aqui. Não é chegar aqui, votar favorável, votar contra, é argumentar, é ler. Como é difícil onde nós estamos. Chegou a esta Câmara um Projeto que tem 76 (setenta e seis) páginas, anexos, tabelas, leis. Redistribui a cobrança do IPTU, refaz. Faz até, a bem da verdade, uma justiça com o pagamento do IPTU. Eu que assisti toda a discussão aqui, posso garantir que há uma certa justiça na cobrança do IPTU, estou convencido disso. Porém, se nós, e eu uso a palavra, o argumento do próprio líder do governo Sales, e o vereador Willami, que por deveras isso aqui falou, se nós pudermos intervir em algumas modificações, o Projeto sai hoje prestando um grande serviço à cidade de Patos. Uma melhor justiça para o IPTU, a rápida confecção de um alvará e outras correções. Se nós aprovarmos, no mínimo, duas das quatro Emendas. O que diz essa primeira Emenda que nós estamos discutindo: Suprime o artigo 320, item 2 do Projeto. Que Projeto é? Um Anteprojeto de Lei Complementar do Poder Executivo, esse do IPTU. Suprime o artigo 320. Acompanhe que não é fácil não. Suprime o artigo 320, item 2. No dia primeiro de janeiro de cada exercício fiscal, a fim de renovar a fiscalização. O que é fiscalização? É o alvará. Esse aqui é o que diz renovar. Você adianta a leitura, aí vai para o artigo 123, que no parágrafo 1º diz: 'Na hipótese do inciso II, do artigo 320, corresponderá o tributo a 50% (cinquenta por cento) do montante previsto no anexo V'. Então, não é a cobrança total do alvará. O Prefeito mandou para esta Casa cobrando 50% (cinquenta por cento), anualmente, do alvará. O anexo tem 25 itens, vou ler alguns: 'Instituições financeiras e de seguros, banco, 1000 (mil) UFIR, dá R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Eu não falei que

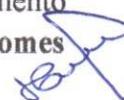
era 50% (cinquenta por cento)? Dois mil reais. Quando? Todo ano. Mais à frente lembre dessa minha discussão, porque eu tenho uma Emenda, diminuindo esses cinquenta para cinco, o Vereador Willami, de cinquenta para quinze. A Emenda do Vereador Josmá é extirpando essa cobrança. A única taxa que podemos sair daqui aprovados, será esse alvará anual, e primeiro de janeiro 50% (cinquenta por cento) do valor total do alvará. É a taxa que está sendo cobrada. E eu quero que alguém me convença que não. O que está sendo criado é isso aqui, e se alguém já leu o orçamento como eu li, tem aqui dizendo que essa taxa gera seiscentos mil reais por mês. A Lei Orçamentária Anual, a LOA, já tem uma previsão para essa taxa de R\$ 646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil reais). Taxa do exercício do Poder de Polícia, ela vai gerar para o município R\$ 646.000,000 (seiscentos e quarenta e seis mil), tirando de quem? Eu não deixo de concordar com o Vereador Josmá, do pequeno empresário. O bando mil. Mas vamos lá. Antenas de emissoras de rádio e televisão, 500 UFIR's, isso dá quanto? Dois mil reais. Mas é cinquenta por cento, o que dá mil. Uma loja de caça e pesca, 100 UFIR, quatrocentos reais, 50% (cinquenta por cento), duzentos todos anos. Enfim, em média, cem, duzentos, trezentos. Por exemplo, comércio de material de construção, 300 UFIR, vezes quatro, dá mil e duzentos. Mas é 50% (cinquenta por cento), seiscentos reais todos os meses que vão pagar. Entendo que o Prefeito poderia escalonar essa cobrança. Estamos nos recuperando do ano de pandemia, nós podemos começar com 5% (cinco por cento), depois 15 (quinze), depois 20 (vinte). Ou então não podemos nem começar, como a Emenda do vereador Josmá está propondo, a não ter a cobrança. A cobrança está instituída, se nós derrubarmos essa cobrança aqui, se a maioria votar contra, está criada a taxa. Nós vamos para as outras intervenções, cinco por cento, quinze por cento. Por que, Jamerson, você apresenta cinco? Porque nós temos que ter articulação democrática. É somente eu, o Vereador Zé, o Vereador Josmá, em algumas discussões Nandinho e Patrian. Onde é que três ou cinco ganham de quatorze? Que matemática é essa? Nós estamos dando mais opção. Que opção é essa? É de cinco, quinze ou acabar com a cobrança. O que nós estamos discutindo agora nessa Emenda do Vereador Josmá, é não cobrar essa taxa de renovação de alvará. Nós temos a Emenda Supressiva 01, que é a Emenda do Vereador Josmá. Essa Emenda que nós estamos votando agora, que nós estamos discutindo agora, pode acabar com essa taxa anual de 50% (cinquenta por cento) o valor do alvará. É essa discussão que eu encaminho. Eu acho que parte da oposição se propõe, tem quatro Emenda aqui, se nós aprovarmos duas, tirando essa taxa e tirando alínea b do artigo 310, o Projeto não tem nenhum malefício, ou alguém vai dizer que tem? Porque são duas discussões aqui. Primeiro, não a criação, mas a tipificação da taxa do lixo, porque nós entendemos que ela está criada, ela não está tipificada. Ela já foi criada na Câmara. Se nós aprovarmos essa Emenda do Vereador Josmá, e a Emenda seguinte, eu afirmo e deixo gravado, esse Projeto não vai gerar nenhuma taxa, porque está criando essa taxa, o empresário vai gastar 50% (cinquenta por cento) do valor do alvará todo ano, para alguém que em janeiro está na ressaca do décimo terceiro, e muita coisa, isso aqui não é grande não, porque os grandes, na nossa Emenda, continuam pagando. Estão aqui essas opções que nós temos. A posteriori, para não complicar Senhora Presidente, eu vou trazendo os detalhes das próximas Emendas. Era isso que eu tinha, muito obrigado.” Pela Ordem, o Vereador José Gonçalves disse:



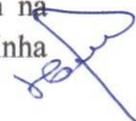
“Na verdade, um tema complexo, porque quando se fala em tributação, cobrança, tem dificuldades, especialmente para compreensão do povo, porque o povo só vai compreender mesmo na hora de pagar, que vai reclamar. Essa Emenda Supressiva é importante, inclusive, nós discutimos isso com alguns vereadores, porque coloca: no dia primeiro de janeiro de cada exercício fiscal, a fim de renovar a fiscalização no funcionamento das atividades já instaladas. Primeiro, coloca logo o mês, o mês de janeiro, o mês de arrecadação, que eu acho que é o pior mês de arrecadação, especialmente no comércio. Se a gente for analisar, aqui em Patos, praticamente, com essa pandemia mudou, mas no mês de janeiro é um deserto aqui, até o carnaval. Então tem essas dificuldades. É um período de pouca arrecadação, porque o que tinha de comprar, a turma comprou no mês de dezembro, para o natal, para o ano novo. Podemos dizer que é o mês mais recessivo para o povo, para os trabalhadores e também para os comerciantes. Por isso que é fundamental. E ao mesmo tempo essa supressão do artigo 320, no caso, o inciso II, já assegura na frente, nesse novo valor do tributo, que corresponderá a 50% (cinquenta por cento). Por isso que eu acho importante essa alteração, porque, acima de tudo, muitos pensam que a questão de tributos, de arrecadação, aumentando os valores nós vamos ter uma maior arrecadação. Ao contrário, até porque nesse país quem paga impostos são os pequenos, os grandes ficam esperando as negociações e mais negociações para ganhar em cima disso. Mas, na verdade, o povo, especialmente aqui no nosso sertão, não tem essa visão, ele quer pagar, ele quer ficar livre, quer ficar legalizado. Por isso que é importante essa Emenda Supressiva. E sou favorável a suprimir o artigo 320, item II, porque determina primeiro de janeiro. Você poderia até ter todo o ano para regularizar, mas cita logo primeiro de janeiro, que, inclusive, é até feriado.” Pela Ordem, o Vereador **Sales Junior** disse: “É importante sempre as discussões a respeito de todas as matérias. Dizer que o Prefeito mandou uma proposta para a Câmara, Vereador Nandinho, onde reduz para 50% (cinquenta por cento) a renovação do alvará, a partir de janeiro. Hoje são apenas cinco faixas de segmentos que pagam alvará, e a proposta estende para vinte e cinco. Ou seja, o pequeno vai pagar menos, não vai pagar próximo ou razoavelmente perto a um banco, uma instituição, tipo uma cooperativa, uma escola. Foram criadas mais vinte faixas para que seja oportunizado para outros uma proporcionalidade melhor e um desconto de 50% (cinquenta por cento) no alvará, que hoje, conforme o Código Tributário, é pago 100% (cem por cento). O chefe do DAT, Caíque, que esteve aqui, passei o dia com ele, reunido. Eu até entendo que impostos, taxas, tarifas, tributos realmente que não se pagasse nada, mas a gente precisa entender algumas situações. Por exemplo, falava-se aqui a respeito do auxílio funeral, uma matéria que nós votamos agora a pouco, que aumenta Jamerson, percentual orçamentário para poder não ficar muito limitado o auxílio funeral, ser só, por exemplo, dois, três mil, às vezes, tem que pegar alguém fora, e a despesa é bem maior. Mas com que é pago tudo isso? Vocês tem ideia? Justamente com os impostos, com as taxas, com as tarifas, com os recursos próprios. Vocês sabem dizer com que é pago o duodécimo da Câmara? Os funcionários do Poder Legislativo, água, o cafezinho, o meu subsídio, o seu, aluguel de alguns equipamentos, energia, imprensa, como é que é pago? Com recursos próprios. Aquele auxílio emergencial, que nós votamos aqui, Nandinho, para os profissionais da música, da cultura, em período de



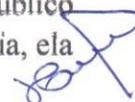
pandemia, você sabe com aquilo foi pago? Justamente com recursos próprios. Alvará, IPTU, ISS é pago com isso. A UPA do Jatobá está sendo concluída com recursos próprios, o acesso do Geraldo Carvalho está sendo concluído com recursos próprios. A complementação do kit de merenda escolar que tanto foi cobrado aqui nesta Casa, não pode ficar aguardando aquele percentual mínimo do governo federal, que é enviado centavos por aluno, tem que ter a complementação da prefeitura. Quantos aqui não ouviram essa fala aqui? Mas com que recurso, qual foi a fonte de recursos para complementar o kit de merenda escolar? Com os recursos próprios. É que fique bem claro, isso não é mentira, isso é verdade. Isso não é uma propaganda, isso é uma verdade. O Vereador Jamerson foi muito habilidoso na sua fala, quando ele traz justiça sobre a matéria. Nós temos aqui tantas propostas, o governo reduz 50% (cinquenta por cento), mas tem uma proposta de 15% (quinze por cento), outra de 5% (cinco por cento), tem uma que acaba com tudo. Eu não vejo bradando aqui esse descontrole na economia do nosso país. O combustível não tem quem agente mais, não vejo, mas a gente precisa ser coerente, o que está sendo votado aqui é um desconto de 50% (cinquenta por cento) na renovação do alvará, Fofa. Não está sendo criado não, está tendo um desconto de 50% (cinquenta por cento). Tem a proposta de Willami, que é 15% (quinze por cento). Só pagar 15% (quinze por cento). Tem a proposta de Jamerson, de pagar 5% (cinco por cento). Tudo isso faz parte dos trâmites da condução do Poder Legislativo, da ação parlamentar, dessa proposta, e estamos aqui discutindo. Agora, uma discussão de alto nível, porque daqui há pouco eu vou dizer quem é o mentiroso aqui na história. Eu vou dizer daqui há pouco, aguardem, quem é o mentiroso nesse processo todinho. Eu vou dizer o nome, Vereadora Fofa, porque não adianta está com esse jogo. A farsa não pode se sustentar por muito tempo, Presidente Tide, a camuflagem não pode Vereadora Fofa. Aqui fica nossa orientação, Vereador Ítalo, do governo em relação a essa matéria, onde não se pode de maneira alguma buscar esse entendimento de supressão, porque nós temos aqui uma proposta, justamente, que houve uma construção de tudo isso não foi de uma cabeça, não foi de um técnico apenas não, teve a participação de contadores, corretores, CRECI, construtores, tudo participaram de parte da elaboração desse processo aqui. Então, aqui fica a minha fala, nesse sentido, e esperamos que para o ano, eu busco já uma via de entendimento em relação a certeza, de que o ano que vem nós teremos o São João, nós teremos o Patos Moto Fest, e Lual 40 Graus, Festa de Pentecostes, Jesus é Bom Demais, tudo isso, que é pago com recursos próprios. Então nós temos que ter esse entendimento que para sustentar muitas pessoas que precisam também dos aluguéis sociais, Fofa. Sabe com que é pago os aluguéis sociais? Com recursos próprios, recursos dos tributos, dos impostos, das taxas, que aqui na matéria traz justiça, nesse processo aqui, porque aqui não tem exploração diante do que foi construído pelo governo. Muito pelo contrário, aqui tem uma justiça fiscal, que o Vereador Jamerosn pontuou quando falou em relação a IPTU. Porque, proporcionalmente, hoje quem paga, de um Código Tributário que foi criado dois mil e seis, já houve várias alterações, proporcionalmente, quem mora no São Sebastião está pagando praticamente de quem mora na Vila dos Lagos. Justamente, houve esse equilíbrio na planta genérica para podermos termos esse entendimento diante desse processo. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o Vereador Ítalo Gomes



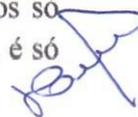
disse: “Senhora Presidente, em nome da senhora quero cumprimentar toda a população aqui presente para assistir Vereador Sales, Vereador Décio, aposição de cada parlamentar, na noite de hoje, a respeito dessa matéria que estamos votando. E, nesse momento, é bom que a população entenda, nós estamos apreciando as Emendas do Projeto que vamos votar logo mais. O Projeto originário que veio do Executivo, vai ficar para o final, nós estamos votando agora as Emendas. É bom que isso fique claro, para que a população entenda e não tente, na verdade, colocar o que de fato tem sido costumeiramente usado na cidade de Patos, que é induzir a povo ao erro. Induzir a população a não compreender o que a população nem teve acesso, que seria a leitura do Projeto em sua íntegra. Senhora Presidente, a minha fala é destinada a população de Patos. Eu não vou nem entrar nos critérios técnicos, porque se eu fosse adentrar, tratar artigo por artigo, eu iria tomar muito tempo da sessão, e talvez os vereadores, já que nesse momento nós não teremos réplicas, seria cansativo para os pares. Mas eu vou pegar a fala do Vereador Sales, pegar a fala do Vereador Josmá, pagar a fala do Vereador Jamerson e a fala do Vereador José Gonçalves, que foram os que me antecederam, e tentar fazer minha fala neste momento, e justificar meu voto a cidade de Patos, cidade que amo, ao povo que devo um respeito sem tamanho. Primeiro, Vereador Sales, o senhor está de parabéns em trazer os exemplos de gastos que são pagos pelo poder público, através de políticas públicas, que chegam. Quem usa a política pública não é o prefeito, não é o vereador, quem usa a política pública é a população. Quem faz uso da política pública, como o senhor traz aqui aluguel social, ajuda de custo, auxílio funerário, quem faz uso disso tudo é a população. E digo isso, porque diariamente eu recebo ligação de pessoa que precisam fazer uso do auxílio funerário população de Patos, que precisam da ajuda de custo, que precisam do aluguel social, que precisam de inúmeros serviços que são fornecidos pela prefeitura, que é o Poder Público Municipal, e que tem a obrigação de fazer. Primeiro, dizer Sales, que o prefeito Nabor enviou para esta Casa esse Projeto, que, na verdade, eu vou resumir o Projeto, dizendo que o Prefeito e sua equipe usou o princípio da equidade. O Prefeito tem tratado neste Projeto que nós estamos, como bem disse o Vereador Jamerson, quando se trata do IPTU, tratando-se de uma justiça fiscal, nós estamos tratando dos iguais, como iguais, e os desiguais como desiguais. Então nós estamos tratando com muita responsabilidade, e entendendo que a população mais carente precisa ser tratada com um olhar diferenciado. Quero dizer a população de Patos, que em nada, dentro do Projeto, como trouxe também o vereador Sales em sua fala, e quem teve o acesso ao Projeto, que se debruçou, que estudou, viu que foi colocada no Projeto vinte e cinco faixas, onde o pequeno comerciante vai ser tratado dentro da sua modalidade, o grande comerciante dentro da sua outra modalidade, enfim, Vereadora Fofa, nós estaremos tratando com muita responsabilidade o comércio da cidade de Patos, que precisa anualmente renovar seu alvará. Quem está criando a renovação do alvará não somos nós, isso já está em previsão legal, leis federais, e todo ano o comércio precisa atualizar seu alvará. O pagamento é feito independente de nós estarmos votando aqui agora, como estamos apreciando essa modificação ao Código Tributário, votado em outrora. Eu quero tranquilizar a população de Patos, o meu voto na noite de hoje é pensando sim na população, e dizer a Patos que conte com o Vereador Ítalo, conte com a minha



participação nesta Casa, e conte com meu voto, porque meu voto será com muita responsabilidade, e não tenho medo de forma nenhuma de, no outro dia, dialogar com a população, estar em emissora de rádio, esclarecendo fatos, porque aqui eu não voto jamais uma matéria sem conhecimento. O Vereador Ítalo Gomes leu sim o Projeto, conhece o Projeto, e vota com muita tranquilidade. Obrigado, Senhora Presidente.” Em seguida a Senhora Presidente, colocou em votação a referida Emenda, a qual foi rejeitada, com três votos a favor e doze votos contrários. Votaram a favor da Emenda os Vereadores: Josmá Oliveira, Jamerson Ferreira e José Gonçalves. Votaram contrários a Emenda os Vereadores: Ítalo Gomes, Fernando Rodrigues, Decilânio Cândido, David Maia, Cicera Bezera, Willami Alves, Marco César, Patrian Junior, Sales Junior, Emanuel Araújo, Maria de Fátima, Kleber Ramon e Nadigerlane Rodrigues. Pela Ordem, o Vereador **Josmá Oliveira** disse: “Eu vou me atribuir do artigo para explicação do meu voto. Para esclarecer ao povo de casa, porque eu apresentei essa Emenda. Essa Emenda tem o objetivo de bloquear a taxa de renovação de alvará. Não é verdade que existe isso aqui em Patos, de renovação de alvará, que existe essa taxa. Isso não é verdade, não existe essa previsão, e se o fiscal de tributos cobrar do jeito que está hoje, ele vai responder por improbidade. Não existe essa previsão legal. Agora, a partir da semana que vem, quando essa matéria for aprovada, todo ano será cobrada a taxa de renovação de alvará aqui na cidade de Patos. Não é verdade que essa taxa é para programas sociais, como foi dito aqui. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, estão misturando aqui as coisas para confundir a opinião pública. Isso não é legal, por isso, Presidente, que eu peço que seja feito o debate na discussão, para a coisa ficar democrática, para não ficar: fala a verdade, vem a mentira. Portanto, é uma pena que esta Emenda seja rejeitada. Agradeço quem votou: Zé, Jamerson, agradeço demais. E quem perde com isso são os comerciantes, principalmente os mais pobres, aqueles que vão botar curriculum, porque está ficando cada vez mais difícil os comércios sobreviverem na cidade de Patos. É uma pena, mas essa é a verdade. Muito obrigado, Presidente. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1ª votação a EMENDA SUPRESSIVA Nº 02/2021 - FICA SUPRIMIDO O ARTIGO 210, ALÍNEA B, DO PROJETO DE LEI ALCPE3/2021. Autor: Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega. Pela Ordem, o Vereador **Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, no Projeto do Código Tributário que foi discutido na Câmara anterior, quando vai se criar um tributo, é fatiado na sua criação. Existe da instituição dos tributos, do fato gerador e da incidência. Por exemplo, agora, a Câmara acabou de aprovar a criação, porque estava no artigo 210, alínea b: Taxa de fiscalização de cadastro imobiliário, é o que foi criado agora. A partir do ano que vem, a depender das Emendas, outras 50% (cinquenta por cento) do valor do alvará o empresário vai pagar, foi criada. Tem ainda outra discussão, se é 15% (quinze por cento) ou se é 5% (cinco por cento). Quando a Câmara passada aprovou o Projeto, fazendo a devida justiça, até porque eu não posso está mentindo, porque estou aqui também como jornalista. Então, eu não posso está só como político. A Câmara aprovou o fato gerador, aprovou a incidência, está aqui: Artigo 343, desse código passado, aprovado em dezembro do ano passado: ‘A taxa de coleta de resíduos sólidos tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial de serviço público municipal de coleta, transporte e destinação final’. Então está dizendo da incidência, ela



só pode ser cobrada quando tiver um aterro sanitário. A incidência, onde ela incide, o fato gerador, por que é que se gerando uma taxa? Explica dizendo que é para ajudar no custeio, tal. Isso é outro debate, porque um custeio de R\$ 700,00 (setecentos mil reais), onde já se pagou R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), mas não misturamos, pois, debates. O que eu falei, que o tributo, uma nova taxa surge da instituição dos tributos, e nesta que foi aprovada aqui, eu não sei se por erro de Projeto, não sei se por malícia, porque uma vírgula numa lei solta alguém, um ponto prende, um parêntese abre uma brecha enorme. Então Lei é detalhe. Às vezes a gente chama a atenção, eu já retirei Projeto meu por causa de uma palavra, uma palavra faz toda diferença. Há uma confusão na cidade de Patos em que esse Projeto que veio para cá, tem aqui na instituição, Artigo 210, alínea a, taxa de fiscalização de cadastro imobiliário, essa que foi aprovada agora, pela utilização efetiva e potencial de serviço público divisível. E têm item I, alínea b, taxa de coleta de resíduos sólidos. Há um entendimento de alguns juristas que não estando essa alínea aqui, a taxa não pode ser cobrada. Eu consultava alguns advogados, que dizem que mesmo sem estar aqui, ela pode ser cobrada, desde que haja, como acabei de ler, um aterro sanitário. Não é aprovando o Projeto que amanhã se cobra taxa de lixo. Eu não posso dizer isso, porque a leitura vai se arrastar e me desmentir. Eu não posso estar aqui com mentiras. A taxa foi incidida, ela tem o fato gerador, ela só está criada. Dois advogados que eu perguntei disseram que, independente dessa alínea, implantou o aterro sanitário, ela pode cobrar. Culpa da Câmara passada. Eu vi a própria secretária Meryclis dizer aqui, na reunião que nós tivemos, que não muda em nada essa alínea. Pelo sim, pelo não, vamos aprovar a Emenda do Vereador Josmá, porque a gente tira de nós esse peso. Eu acabei de dizer, se tivermos aqui aprovadas as duas Emendas, eu voto favorável ao Projeto do prefeito, pode botar quadrinho meu, fazer montagem, eu não estou nem aí. Nós temos que passar duas, uma é essa, a outra é a de Willami para 15% (quinze por cento) ou a minha para 5% (cinco por cento) em quê? Dos 50% (cinquenta por cento) da cobrança do alvará, porque nós temos que ser inteligentes. Não adianta, e aqui não quero chamar ninguém de desinteligente, nós temos que saber usar articulação. Não adianta, contra eu Zé e Josmá. Contra Josmá, Zé e eu, ou então contra Josmá, eu e Zé. Não adianta ficar só nessa cantiga de grilo. Eu peço aos demais colegas parlamentares Vereadores, que nós aprovemos a Emenda de Josmá, e, na seguinte discussão, aprovemos uma das duas. Eu vou estar aqui gravando para quem quiser, que nós vamos sair hoje com uma vitória enorme, nós vamos está fazendo justiça com o IPTU, nós vamos estar nos resguardando Vereador Emano. Porque a importância de votar na Emenda do Vereador Josmá é nos resguardarmos, que não somos nós a incidir a cobrança de uma taxa. A própria Secretária Méryclis disse que não. Então peço aos demais pares que aprovem a Emenda do Vereador Josmá, e nós vamos tirar esse peso da gente. Se cobrar, não está na nossa conta. E eu não quero aqui falar mal de vereador passado, sabe por quê? Porque na próxima legislatura não quero que ninguém fale mal de mim, também, toque seu o mandato e vá embora. Isso já dizia o Vereador Emano, vamos aprovar essa Emenda do Vereador Josmá, e vamos para a próxima discussão, que aí as próximas duas Emendas serão o ponto chave do Projeto. A maioria já venceu, a taxa já criada, nós vamos só tentar dar nossa contribuição na questão da porcentagem dessa cobrança. Por hora, é só



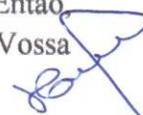
isso, Senhora Presidente, mais vez muito obrigado pelo espaço.” Pela Ordem, o Vereador **Patrian Junior** disse: “Da mesma maneira que o Vereador Josmá apresentou essa Emenda, o Vereador Sargento Patrian apresentou, mas, infelizmente, como ele havia apresentado primeiro, a nossa foi arquivada. É uma Emenda que vai trazer uma importância para o Projeto. Fiquei triste quando fiquei sabendo da Emenda havia sido arquivada, pelo motivo de já haver uma à frente, mas a importância. Por esse motivo já adianto meu voto, que nós iremos votar a favor dessa Emenda do Vereador Josmá em relação a retirada do artigo 210.” Pela Ordem, o Vereador **Josmá Oliveira** disse: “Presidente, os vereadores já foram bem expansivos aqui na colocação. O que é que tem? Existe o entendimento sobre o fator gerador e, depois, taxa, como estava até comentando aqui, se até o vereador David, questionando de forma informal, quando eu estava na tribuna, porque para se criar taxa precisa ter o fator gerador, enfim. Foi muito bem lembrado pelo Vereador Jamerson, com a chefe do setor de tributos, ela pontuou, dizendo que esse item não deveria ter vindo nessa matéria. Então, se o item não deveria ter vindo na matéria, a gente suprime, a gente vota a favor dessa Emenda, faz o que a Secretária pediu, e está todo mundo tranquilo. Porque o pessoal diz: ‘não, a cobrança de taxa de lixo já foi aprovada na legislatura passada’. Então pronto, a gente suprime aqui essa matéria de hoje, e está tudo resolvido. Se vier a taxa de lixo, já foi aprovada na legislatura passada, e não nessa, que fique claro, para depois não jogar a pedra nesta legislatura. A minha preocupação aqui, senhores, é essa, por isso que a gente tem que tratar cada ponto aqui. Peço o apreço dos demais pares, mas enfim, eu respeito quem pensa diferente, quem quiser, mas eu peço esse apreço, uma vez que não vai fazer diferença nenhuma, como foi dito aqui. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o Vereador Sales Júnior disse: “Vamos pontuar aqui algumas situações que nós consideramos serem importantes. O Vereador Josmá passou praticamente o dia inteiro, gravou vídeo, tudo mais, achando que ia pressionar vereador aqui a votar de uma forma. Trouxeram cartazes: ‘Não vote a favor da taxa de lixo’. Eu sou a favor da criação. Nós não iremos votar aqui criação de taxa, nenhuma taxa, como foi dito por Vossa Excelência. Se auto promovendo, jogando uma responsabilidade para todos os seus colegas, como se algo que fosse feito aqui nesta noite fosse um crime. Pregou para a cidade inteira David: ‘Olhe o seu vereador que vai votar a favor da taxa de lixo, a criação’. Vamos descobrir agora quem é o mentiroso. Eu convoco, solicito, peço a todos os vereadores que votemos a favor da Emenda de Vossa Excelência. Aí nós vamos descobrir quem é o mentiroso nesse processo. Iremos votar a favor da Emenda de Vossa Excelência, porque a proposta do artigo 210, Jamerson, não está criando nada. Com esses processos de dois mil e seis para cá, fatiando todo o Código Tributário, a proposta do governo era organizar numericamente todas as taxas que já existem, já foram criadas todas elas. Taxas, tributos, tudo já está previsto no Código Tributário, não tem nada previsto nessa proposta que o governo mandou não, nada. Cita elas? Cita. Por quê? Para dizer onde cada uma vai ficar, na ordem numérica, Vereador Josmá. Não tem criação de nada, a prova maior que ninguém vai estar evitando em criação de nada, é que eu queria pedir a todo o Legislativo, se possível, para votar a favor da Emenda de Vossa Excelência. Iremos votar todos a favor da Emenda de Vossa Excelência. Aí passou o dia todo mobilizando. Criaram uma peça para cada vereador, com a foto de Patrian, com foto de

todos aqui: 'Olhe se esse vereador é a favor ou contra a taxa de lixo'. Que vergonha! Criminalizando cada vereador, como se todos não entendessem o que estava votando. Pronto! Eu queria que mudasse minha foto, porque eu perdi doze quilos. O construtor dessa ideia, o idealizador desse processo, por favor, mude minha foto, isso não me pressiona, isso não me intimida. Eu tenho responsabilidade, Presidente, com o meu mandato, Vereador Marcos Eduardo, eu sei do compromisso. Então vamos votar todos agora a favor da Emenda do Vereador Josmá. Obrigado, Presidente." Colocada em votação, a Emenda Supressiva nº 02/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2021 foi aprovada, por unanimidade, em 1ª votação. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1ª votação a EMENDA MODIFICATIVA Nº 2/2021- EMENDA DO ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 03/2021 - MODIFICA O ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO Nº 3/2021 QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.541, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. Pela Ordem, o Vereador **Jamerson Ferreira** disse: "Senhora Presidente, nós acabamos, a Câmara, por 14 (catorze) votos a 03 (três), na primeira matéria, ela estabeleceu, criou, porque está aqui no artigo 320, uma taxa da instituição dos tributos. Já está criada a taxa de fiscalização para cadastro imobiliário, localização e funcionamento de atividades. A taxa já está criada, o que a taxa diz? Cinquenta por cento do valor do alvará, vai pagar todo ano. Ela não existia não, ela está criada, artigo 310, alínea A, ponto 1, ela está criada, 50% (cinquenta por cento) do alvará paga todo ano, a partir de janeiro. Morreu Maria Preá. Essa aqui ninguém me desmente, que eu provo, está aqui. Se for preciso, o mesmo Bosco que tirou cópia, eu peço para ele entregar a cada um. A taxa já está criada. Maioria, não vou desqualificar colega vereador aqui nenhum por ter votado favorável na matéria. Agora eu peço, já que não pode em matemática alguma, 03 (três) vencer 13 (treze), e aí a gente aceita a votação normal, eu gostaria de pedir aos meus colegas vereadores, que nós possamos olhar para o comerciante. Lembra da tabela que eu falei? Eu estou extraíndo na minha Emenda, vereador Sales, o banco vai continuar pagando 1.000 UFIRs, dois mil. O grande empresário ele vai continuar pagando, o banco, por exemplo, se vier uma empresa eólica ou de energia fotovoltaica, ela vai continuar pagando, a rádio que eu trabalho vai pagar. Então, algumas empresas pagam. Agora, o que nós estamos pensando é vendo na recuperação de uma pandemia, que Dona Maria, dona da Casa e Pesca, que seu Zé, dono do mercadinho do Bairro lá na Vitória, ele não pague duzentos reais de alvará, ele pague quinze, vinte reais no ano. Ano que vem, se Deus quiser, o Prefeito vai fazer um São João bom, a coisa vai melhorar, aí a gente pode até pensar em relançar essa taxa. Porque se fala assim: 'a taxa, o tributo é para pagar'. Mais pera aí, eu estou pagando um Secretário de Juventude, que ganha quase três mil contos, e não dá um prego em uma barra de sabão. Nós estamos pagando gente do gabinete que nem indo trabalhar estão. Então, por que é que o prefeito não enxuga as despesas também? Aí quer repassar a manutenção da máquina pública só para o pequeno? Aí eu estou pedindo aos colegas pares vereadores, a nossa Emenda, a taxa que acabamos de votar, 50% (cinquenta por cento), ela quer baixar para 5% (cinco por cento). E aí o Prefeito, depois, que tem maioria, ele pode no ano seguinte, modificar e voltar a cobrança dos

50% (cinquenta por cento) da taxa que sai criada hoje. Então está aqui, o banco paga, o grande empresário, empresa de fora vai pagar. Eu estou querendo com a minha Emenda, que peço o voto de cada um dos vereadores aqui, é diminuir, porque acabei de falar, eu com voto de mais dois vereadores, não podemos derrotar uma maioria, que já está posta, que já foi criada. Hoje foi criada uma taxa, eu estou querendo esse valor para 5% (cinco por cento). Está aqui na tabela, uma papelaria, item 8, escritório de prestação de serviços diversos, locação de imóveis, locação de veículos, iria pagar 100 UFIRs, com 50% (cinquenta por cento) vai dar duzentos reais, a nossa Emenda cai para vinte reais. Então, nós queremos, no primeiro ano, dá e dá condição para o pequeno se recuperar. Exploração mineral, 150, vai continuar pagando 150, porque exploração mineral é uma atividade que dá dinheiro, dá recursos. Então, para finalizar, eu peço aos pares colegas vereadores que pensem nos pequenos, pensem que, a partir de janeiro do ano que vem, com a aprovação da nossa Emenda, nós só vamos livrar o primeiro ano. Não é uma vez por ano? Eu estou pedindo que no ano que vem a gente liberte aqui o dono do alvará, não vai quebrar não, porque o Prefeito colocou no orçamento duzentos mil para carnaval, trezentos e dez mil para manutenção da atividade da FUNDAP. A FUNDAP vai custar três milhões. Por que o Prefeito não pode economizar da FUNDAP e aliviar um pouquinho o couro do empresário? Orçamento não é a efetivação da despesa, é um planejamento. A minha mulher saiu hoje para fazer a feira com seiscentos reais, e voltou lisa, umas comprinhas. Então, quando bota trezentos e dez para manutenção da FUNDAP, para você ter uma ideia, recurso público é recurso interno, é recurso próprio, esta Câmara aqui aprovou a compra do PROCON de setecentos e cinquenta mil, aí o orçamento chega aqui, autorizando novecentos mil de reforma, está na LOA. Aí o Superintendente do PROCON disse aqui que gastaria duzentos e cinquenta mil na casa. Então, eu vou resolver a conta agora, aprovem, por favor, a minha Emenda, aí é só pedir para não gastar os novecentos mil do PROCON, gastar os duzentos e cinquenta, fica resolvido. Fica o PROCON com a casa comprada, reformada, a nossa Emenda aprovada, e o pequeno sem ano que vem, se lá para o final do ano o Prefeito quiser renovar o Projeto, como ele tem maioria, então vamos pensar minha gente, no alvará do pequeno. É esse aqui o pedido que eu faço Presidente.” Pela Ordem, o Vereador **Willami Alves** disse: “Senhora Presidente, boa noite a todos. Vossa Excelência Jamerson disse, ainda a pouco, que se passassem duas Emendas aqui, ele votaria a favor do Projeto. Eu não sei o quanto ele é sensato, e eu direi a ele: peça para retirar a vossa Emenda, e aprove a próxima, porque 5% (cinco por cento), nobre vereador, não paga nem um papel, por ano. Se a gente dividir aqui, por exemplo, pegar aqui livraria, daria quatrocentos e vinte reais, normal, a Prefeitura que cobrar 50% (cinquenta por cento) disso, Vossa Excelência que cobrar 5% (cinco por cento), daria vinte reais para uma livraria. Se você pegar vinte reais e dividir por doze meses, ver o quanto isso é insignificante. Eu não discuti o artigo 320, porque eu sou a favor da criação do alvará, não sou a favor de pagar 50% (cinquenta por cento) do que está aqui na tabela. Por isso entrei com a Emenda de 15% (quinze por cento). E como Vossa Excelência disse, se o Prefeito, ano que vem, daqui a dois anos, três anos, aumentar esse valor, que mande Projeto para aqui. Mais, no momento, a discussão é essa. Então, Vossa Excelência disse que votaria no Projeto se passassem duas Emendas, então retire a Emenda de Vossa

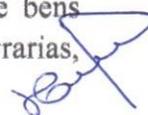
Excelência, e vote na minha de 15% (quinze por cento), porque 5% (cinco por cento) é um valor que não paga nenhum o papel.” Pela Ordem, o Vereador **Josmá Oliveira** disse: “Só para tirar a dúvida com o Secretário, nós estamos discutindo a de Jamerson, que é cinco, ou de Willa. A de Jamerson. Obrigado. Assim, senhores, eu mantenho o meu posicionamento anterior, eu não sou a favor da cobrança. Respeito demais quem pensa diferente, mas como eu já perdi no voto, perco no voto, não me preocupo não, só não posso perder no grito, e nem na trambicagem. Como eu perdi aqui, eu me agarro aqui na Emenda do Vereador Jamerson, voto favorável, mais também, se ele quiser fazer o acordo com o Vereador Willa, retirar a dele, eu vou ter que me agarrar na do Vereador Willa, para não perder de tudo. Mais, paciência! O rolo compressor do Prefeito passa por cima de tudo aqui nesta Casa. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o Vereador **Sales Junior** disse: “A orientação, já que agora nós estamos tratando da questão dos percentuais, e nós já votamos uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da proposta pelo governo, então, eu gostaria de pedir o entendimento dos nobres vereadores pra gente manter. Respeito a opinião de cada um, falei na minha primeira fala que Emendas fazem parte da ação parlamentar, e ele apresenta da forma como ele entende, se adequa ao projeto que foi apresentado. Então, a gente solicita dos nobres colegas vereadores para manter a redução dos 50% (cinquenta por cento), que nós votamos no Projeto que foi lido, do governo, em relação ao alvará de funcionamento. A proposta de 50% (cinquenta por cento), porque o governo entende que é o necessário, é o suficiente. Quem sabe, em um outro momento, a gente dialogar com o governo, conversa com David, agora a pouco, 25% (vinte e cinco por cento), 30% (trinta por cento), não sei, e a gente pode, depois, construir uma contra proposta. Mais o governo que 5% (cinco por cento), 15% (quinze por cento), é praticamente inviável em relação à condução da máquina pública, em relação aos investimento, principalmente com os programas sociais que são realizados aqui no nosso município. Então, o entendimento do governo é esse. Eu vou usar a palavra de Jamerson, que um dia ele utilizou aqui, não é derrotar, é votar contra a matéria, porque aqui ninguém sai derrotado, às vezes a gente tem um entendimento, ou desentendimento de opiniões, mas respeitando, claro, o posicionamento de cada um. Obrigado, Presidente.” Colocada em votação a Emenda Modificativa nº 02/2021 ao Projeto de Lei Complementar Nº 03/2021-PE, a mesma foi reprovada por cinco votos a favor e onze votos contrários. Votaram a favor da referida Emenda, os Vereadores: Josmá Oliveira, Jamerson Ferreira, Fernando Rodrigues, José Gonçalves e Willami Alves. Votaram contra a Emenda, os Vereadores: Ítalo Gomes, Decilânio Cândido, David Maia, Cicera Ferreira, Marco César, Patrian Junior, Sales Júnior, Emanuel Araújo, Maria de Fátima, Kleber Ramon e Nadigerlane Rodrigues. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1ª votação a EMENDA MODIFICATIVA Nº 1/2021 – MODIFICA REDAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO 3/2021, QUE ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.541, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Willami Alves de Lucena. Pela Ordem, o Vereador Jamerson Ferreira disse: “Senhora Presidente, a discussão é a mesma da Emenda anterior, só repetindo, essa Câmara criou, ela não deu desconto não, Vereador Sales, uma taxa. Em seu artigo 210, alínea A, ela diz: ‘fixa taxa de

fiscalização para cadastro imobiliário'. Ano que vem, janeiro, Dona Maria que tem um mercadinho vai rodar com duzentos reais de alvará. É isso que a Câmara está aprovando, seiscentos mil reais por ano. Nós estamos querendo retrain, diminuir um pouco. A Emenda seguinte é a Emenda de um vereador da base, que talvez vote a favorável no Projeto principal, que é a Emenda do vereador Willa. E, outra coisa, isso aqui não tem nada casado com Projeto social não, isso aqui vai para os recursos próprios do município. Então, eu acabei de dizer, o Prefeito que gastar novecentos mil reais na reforma do PROCON, que ele comprou por setecentos e cinquenta, ele que gastar três milhões na FUNDAP, que não está servindo para nada, só para gastar trinta e dois mil reais, por mês, de funcionários. Então, o Prefeito podia economizar no gabinete, porque tem gente que mora em João Pessoa, e está lotado no gabinete. O Prefeito podia economizar em combustível, que tem secretário que está usando o carro para deixar menino em escola. Aguardem. Tem secretário que está usando carro da Prefeitura para fazer feira, e eu vou trazer o vídeo. Então podia economizar nisso. Mas não, a Câmara Municipal, eu vou repetir, acaba de criar um novo tributo, não é um desconto de 50% (cinquenta por cento) não. A Câmara acaba de criar um novo tributo, a partir de janeiro, há uma taxa de fiscalização, 50% (cinquenta por cento) do valor do alvará. Nós estávamos querendo diminuir, ou para cinco, ou para quinze. Então, mais uma vez, se amanhã tiver um quadrinho com o nome de alguém criando taxa, isso aí não é falso não, é verdadeiro, porque criada uma taxa. Está aqui, artigo 210, livro 1, do Sistema Tributário Municipal, da instituição, é criação dos tributos. Mas, enfim, peço aos demais pares que aceitem a contribuição de um vereador da base, que está pensando nos colegas empresários, sobretudo o pequeno. Dona Maria, que for colocar o food truck dela, ela vai pagar, em janeiro, o alvará, 50% (cinquenta por cento), porque a Câmara acaba de aprovar. Então, é esse mais uma vez o exaustivo debate que nós trazemos Senhora Presidente. Obrigado.” Pela Ordem, o **Vereador Jasmá Oliveira** disse: “Como minha Emenda que suprimiu não foi aprovada, eu me agarrei na de Jamerson, que não foi aprovada. E vou ter que me agarrar na Emenda do Vereador Willa. E assim, pessoal, política é um monte de mentira, por isso que o povo está tomando nojo dos políticos. Sabe quem é que lava todas as mentiras? É o tempo. O tempo lava todas as mentiras, e partir do ano que vem, quando a gente começar a ver as coisas, as cobranças chegar, aí todo mundo vai saber. Então, eu me posiciono favorável à emenda do Vereador Willa, peço o apressado dos demais pares, mas eu respeito quem pensa diferente. Agora, pelo amor de Deus, gente, é outro tiro de misericórdia nos comerciantes de Patos. Faço aqui esse apelo, cada um vote pensando na sua consciência. Obrigado.” Pela Ordem, o Vereador **Sales Junior** disse: “Senhora Presidente, eu escutava a fala de Jamerson, e aí eu trouxe a informação, Vereador Jamerson, porque o diretor do DATE nos repassava essa informação, e eu pedia a ele para nos apresentar onde é que o atual código tributário fala da criação, da renovação do alvará. Artigo 320, II: ‘Considera-se ocorrido o fator gerador sempre que o órgão municipal competente executar ato tendente a verificar a adequação da atividade às normas administrativas constantes na lei municipal específica. E o Caíque nos dizia: ‘Eu conversei isso com Jamerson, a gente discutiu isso na reunião que nós tivemos’. Então, o atual Código Tributário, e eu posso até abrir o espaço, eu vou citar o nome de Vossa

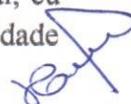


Excelência, se Vossa Excelência, Senhora Presidente, quiser falar a respeito disso, justamente para a gente ter esse entendimento, que existe a criação, Vereador Josmá, da renovação do alvará de funcionamento, artigo 320, II, do atual Código Tributário. Então, a proposta é reduzir para 50% (cinquenta por cento). Então era essa fala que eu gostaria de fazer, endossada aqui pelo artigo 320, II, onde trata justamente disso, buscando justamente esse entendimento que nós estamos votando com um desconto de 50% (cinquenta por cento) da renovação do alvará, que hoje é cobrado. E quem está dizendo o diretor do DATE, que é quem emite a cobrança, o boleto da renovação do alvará. Eu estou aqui online, conversando com ele, que fundamenta isso. Mais é importante a discussão, a gente só constrói com isso, e isso não impede que no próximo mês, na próxima semana, a gente possa buscar um entendimento com o governo, David, apresenta outra proposta, de 30% (trinta por cento), 25% (vinte e cinco por cento), não sei. A gente conversava aqui a respeito disso. Era apenas essa minha fala, nesse sentido. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Willami Alves** disse: “Sales, o líder do governo falou agora a pouco nesse entendimento, se ver que é possível, peça para retirada do Projeto, refazer uma alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), 30% (trinta por cento). Eu acho que cobrar 50% (cinquenta por cento) é muito, porque quem tem empresa aqui sabe que não é pago alvará anual. Não é pago. Era pago uma vez, e tchau. A gente está votando aqui a criação disso, anualmente, essa taxa. Esse entendimento se for do governo de 25% (vinte e cinco por cento), 30% (trinta por cento), eu voto tranquilamente. Não vejo a necessidade disso, não sou contra o Projeto, mais 50% (cinquenta por cento) da cobrança da tabela, que se encontra hoje um UFIR de 4,20, eu acho um pouco descabido para o momento. Por isso que entrei com essa Emenda de 15% (quinze por cento). Conversava nos corredores com Jamerson, eu acho que 5% (quinze por cento) é um valor muito baixo, não paga o trabalho da impressão de um papel, esse tipo de coisa. Diferente de quinze, por exemplo, Jamerson ia dar vinte, a minha proposta daria sessenta reais de arrecadação em uma tarifa de 100 UFIRs. Então, a discussão é disso, a criação é disso, eu sou a favor dessa criação, não sou a favor da cobrança de 50% (cinquenta por cento) em cima da tabela que existe hoje, de UFIR. Uma tabela de dois mil e seis, que foi atualizada, não houve uma atualização ao meu ver de forma discriminada. Por exemplo, a taxa de alvará de um mercadinho e de um hipermercado é a mesma. O mercadinho vai pagar sessenta, e o hipermercado vai pagar sessenta também. Tem uma forma de ver essa diferença, poderia começar de 15% (quinze por cento), eu vou discutir com os meninos aqui nos corredores, podia sim até 50% (cinquenta por cento), começasse de 15% (quinze por cento), e o setor lá responsável visse que o mercadinho é necessário pagar 15% (quinze por cento), e o ATACADÃO pagar 50% (cinquenta por cento), ou até mais. Está na lei, eu votaria a favor. Agora, eu não sou a favor do cara que tem uma bodegazinha lá dentro do mercado, pagar a mesma quantidade de taxa de alvará do ATACADÃO. Então, essa é minha visão, que eu retiraria para adequar, até cobrar mais de quem pode pagar mais, que estão faturando milhões. Eu não mexi na tabela, eu não mexi em bancos, não mexi em eventos, não mexi em telefonia, em energia solar, em energia eólica, que os caras arrecadam muito. A gente mexeu naquele que a gente viu que realmente ia mexer no bolso. Então o anexo 6º do Projeto, a tabela de UFIRs, realmente vai ferir o bolso de

alguém. Mais isso é por ano, como eu já fiz o cálculo aqui com Jamerson, na proposta dele, mas a gente não tem só uma taxa para pagar, são várias. E sabemos o quanto é difícil para um empreendedor empreender, a burocracia, o gasto, com os funcionários não, mas com encargos. Então, se criar mais um encargo da forma que está se criando, ora, começamos uma pandemia, isso não vai ser cobrado esse ano, porque precisa de noventa dias para um Projeto desses começar a rodar realmente para ser cobrado. Mais, enfim, creio que todos aqui tiveram acesso a tabela, e também leram o Projeto, eu tenho certeza disso, veem lá, que é 50% (cinquenta por cento). Se a gente for lá na tabela, a gente ver realmente que vai dá um valor. E aqui, líder do governo, seria interessante a retirada, porque realmente o governo iria arrecadar mais, porque ficava uma janela de 15% (quinze por cento) a 50% (cinquenta por cento), o pessoal do setor responsável poderia ver isso, e discriminar, porque, pelo que vejo, iria passar da mesma forma, de 15% (quinze por cento) a 50% (cinquenta por cento). Eu não acho correto, o pequeno pagar a mesma quantidade do grande, por isso que marquei algumas alíneas, selecionei algumas, que eu não vou ler aqui, como todos já leram, vai ficar cansativo, mas que será interessante essa redução da cobrança. Aqui sim eu falaria que a minha Emenda é de 50% (cinquenta por cento) para 15% (quinze por cento). Então fica aqui o meu pedido aos pares da Casa, ao líder do governo, se ver a necessidade de pedir para retirar, para reformular o Projeto, eu achei que seria interessantíssimo, o governo ganharia mais em arrecadação, enfim. Todos já leram o Projeto, eu peço aos pares da Casa que votem nessa Emenda. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Decilânio Cândido** disse: “Senhora Presidente, já que o Vereador Willa, por ser da base falou tudo que tinha que falar, nós poderemos concordar com ele, e pedir mais um tempo para que o líder do governo fale com o nosso Prefeito Nabor Wanderley, para pensar melhor e colocar a matéria para a semana, esse é meu entendimento, acompanho o entendimento do Vereador Willa.” Pela Ordem, o Vereador José Gonçalves disse: “Eu quero só levantar alguns questionamentos. Primeiro, dizer que as matérias que são encaminhadas, os Projetos que são encaminhados para Câmara Municipal, a gente sabe que são discussões técnicas que visam realmente lucrar, mas, ao mesmo tempo, não tem essa sensibilidade com a população. Você observa aqui nesta tabela, nesse anexo, ela é muito desproporcional. Por exemplo, instituições financeiras e de seguros, os bancos, arredondando, mil UFIRs, quatro mil reais. Restaurantes, pizzarias, bares e comércios varejistas de bebidas, seiscentos reais. E agora, vale salientar que essa taxa será cobrada anualmente, porque hoje você abre seu empreendimento, tendo o alvará, está resolvido. E, agora, todos os anos você vai ter que mudar, você vai ter que renovar. Isso poderia ser feito. Aí vem com que argumento? ‘Ah tem que ser feito a fiscalização’. Sim, e não pode ser feita a fiscalização sem cobrar? É isso que eu quero indagar aqui, tem que penalizar, por exemplo, um dono de bar. Coloca pizzaria, e o tamanho dessas pizzarias? E o tamanho desses bares? O potencial de cada um. Mais vai ter bares, e todo mundo vai pagar igual? Então, eu acho que essa tabela, essa taxa de fiscalização, o que está sendo colocado aqui no Anteprojeto, que são vinte e cinco grupos, ela é muito desproporcional. Deveria ser mais discricionário. Outra coisa séria aqui, livros, papelaria e livraria, escritório de prestação de serviços e diversos, locação de bens moveis e imóveis, consultórios, escolas e creches, tudo no mesmo grupo. Livrarias,



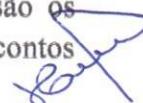
vamos analisar direitinho, uma bodega está enquadrada aqui, tem um comércio, então realmente não aconteceu essa preocupação com esse Código Tributário, gente, porque o que você pensar no que não presta aqui em Patos, está dentro desse Código Tributário. E até hoje está sobrando, inclusive, pra gente. Então um Código perverso, desproporcional, abusivo, que prejudica especialmente os pequenos e os médios comerciantes, empreendedores aqui do nosso município. Por isso que eu acho importante, posteriormente, a gente fazer uma discussão sobre essa tabela, porque eu acho que tem alguns setores aqui que cobram pouco, e, outros, que deveriam cobrar menos, cobram mais. E agora não vai ser mais você abrir o seu comércio, ter um alvará, tudo bem, ter apenas fiscalização. Agora você vai pagar fiscalização e também vai pagar pelo novo alvará todos os anos. É isso aí.” Pela Ordem, o Vereador **Sales Junior** disse: “Eu fui lá pessoalmente, e tirei uma dúvida com ele, que eu tinha, e ele me esclareceu em relação a proporcionalidade, que Zé Gonçalves falava agora também. Desproporcional era quando só tinha cinco faixas, Zé, e hoje nós temos vinte e cinco opções de atividades que são distribuídas. Então, com esse entendimento, Willa, inclusive o CRECI, os contadores, os corretores, nesse quesito aqui eles construíram essa proposta com o governo, com a equipe técnica. Por exemplo, hoje eu recebi uma ligação de uma pessoa que está com dificuldade de receber o alvará, porque, primeiro, tem que ter autorização da vigilância sanitária, vigilância ambiental, e esse Projeto inverte, você tem o seu alvará na hora, e depois você vai buscar a questão da regularização sanitária, ambiental, mas seu alvará você recebe na hora. Então, o Projeto traz também a proposta dessa melhoria, Ítalo, que foi construída justamente com o CRECI. O Vereador Jasmá pediu uma audiência do Prefeito com os contadores, eles foram lá, e foi um pedido deles, o Prefeito acatou e está aqui, é uma das propostas. Então a gente vai manter o Projeto para discussão e votação, Senhora Presidente. Colocada em votação a Emenda Modificativa Nº 01/2021 ao Projeto de Lei Complementar Nº 03/2021 foi aprovada por maioria. Votaram a favor da mesma, os Vereadores: Jasmá Oliveira, Fernando Rodrigues, Decilânio Cândido, Jamerson Ferreira, José Gonçalves, David Maia, Willami Alves, Marco César e Patrian Junior. Votaram contra a referida Emenda, os Vereadores: Ítalo Gomes, Cicera Bezerra, Sales Júnior, Emanuel Araújo, Maria de Fátima, Kleber Ramon e Nadigerlane Rodrigues. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1ª votação, o ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3/2021 – ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.541, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Acompanhado de seus devidos pareceres. Pela Ordem, o Vereador **Jasmá Oliveira** disse: “Senhores, nós discutimos essa Emenda, e pelo menos a gente não perdeu de tudo aqui. Parabenizar ao Vereador Willa, ao Vereador Jamerson também, que colocaram Emendas para tentar salvar parte aqui dessa matéria. Adentrando na matéria, mais uma vez eu gostaria de voltar aqui um pouco a história política de Patos, mais sempre voltando ao Projeto, que é o tema Código Tributário, eu me lembro de que há uns anos atrás, como ficavam falando aqui: ‘Dinaldinho mandou um Código Tributário para Câmara, Dinaldinho não presta. Eu não estou aqui defendendo Dinaldinho, e nem tenho procuração para tal, eu estou argumentando pela história da celeuma que é o Código Tributário aqui na cidade



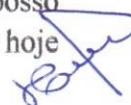
de Patos. Mais está vindo esse Código fatiado do mesmo jeito. E eu não sou aqui, senhores, oposição irresponsável, a maioria das matérias do Prefeito que vem para cá a oposição vota a favor, aí aqui, às vezes, fica um mal estar danado, umas alfinetadas, tudo bem. Mais vamos trabalhar com a verdade. Esse Código Tributário tem as partes boas, a parte do IPTU, a gente pode até entender que é uma parte legal. Pode até entender, isso não significa que na prática vai ser da forma que a gente tem esse entendimento hoje. Quando começar a acontecer, a gente vai ver. Mais, senhores, a criação de taxas não dá. Aí eu peço aqui, até por questão de educação, que quando vá defender criação de taxas, não tente argumentar programa social, não se trata disso. Existem outras formas de se fazer dinheiro, não é só extorquindo o cidadão que a gente consegue dinheiro não, se a Prefeitura, se os secretários começarem a economizar certas despesas, vai aparecer dinheiro, o problema é esse. Agora, o que tem aqui na cidade de Patos é um saque sem fundo, tudo que derrama dentro não dá venção. Aí a solução é tirar do povo. 'Ah, o dinheiro não está dando, a gente botar aqui secretário, aumentou gratificação de secretário, aumento de gratificação de 100% (cem por cento), aí o dinheiro não está dando. O que vamos fazer?' Sugar o dinheiro do povo. Isso não é gestão, não tem nada a ver com gestão. Gestão é outra coisa. A administração privada, o gesto tem que ter cuidado, ele não sabe nem quanto é que vai ter no final do mês, ele tem que ter cuidado no orçamento, nas despesas. Agora, a coisa pública não, primeiro, aumenta a despesa, para depois aumentar a receita. Aí fica essa situação toda. Nós temos aqui outros pontos, além dessas de criação de taxas e dessa da questão de taxa da renovação do alvará, a Emenda salvou uma parte, pelo menos a gente não vai ter uma coisa tão alta, vamos ter 15% (quinze por cento), como está na Emenda do Vereador Willa. Aí nós temos aqui a questão dessa taxa também da criação da instalação das usinas de energia solar, vai pagar pela proa. Mais, mesmo assim, Vereador Jamerson, de certa forma, vamos supor que uma usina de energia solar venha se instalar na região de Patos, aí eu lhe faço a pergunta: você acha que ela vai se instalar aonde, em Patos ou em Malta, Cacimba de Areia? Ela vai se instalar aonde tiver o melhor atrativo tributário, porque o sol daqui é o mesmo de Malta, é o mesmo lá em Coremas. Eu estou acompanhado a situação de lá, teve um problema danado lá, que uma empresa multinacional vai embora, por conta de uma celeuma como essa, de uma tributação de taxa lá gerou um maior mal estar na cidade de Coremas, aonde está sendo instalado lá uma das maiores usinas solares da América Latina. E está só começando agora, faltam várias. Aí, assim, senhores, eu acho a gente deve se preocupar em criar um ambiente atrativo para investimento. Às vezes é melhor eu cobrar uma taxa menor, uma coisa menorzinha, e muitas pessoas pagarem do que de repente eu concentrar uma taxa mais alta ali em um certo segmento, e afugentar o investimento. Esse é o pensamento que eu tenho em relação a isso. Fica aqui também esse debate de fator gerador, se foi votado fator gerador, o ano passado, de taxa de resíduos sólidos, ou se a taxa já foi aprovada. Eu, particularmente, irei questionar no Ministério Público, é o meu direito. Como eu respeito também os demais pares, mais enfim. Não concordo com essa taxa de fiscalização, mas, graças a Deus, a gente já emendou aqui. A gente fica discutindo, com essa preocupação de poupar o pobre do contribuinte da cidade de Patos, mas, infelizmente, a gente está aqui só alertando. Eu peço até desculpas a alguns pares que



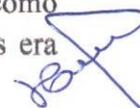
não aprovam a minha forma de fazer política, de convidar as pessoas, nas redes sociais, para vim para Casa do povo. Esta Casa é a Casa do povo, o cidadão vim aqui, criticar os vereadores, cobrar dos vereadores. Eu peço até desculpas, eu fico até constrangido com alguns vereadores que se dirigem a mim, porque eu convido o povo para vim pra casa cobrar dos vereadores. Eu peço desculpas por esse crime que eu estou cometendo, me perdoe, porque eu tenho emprego para dá. Eu não recebo propina, e o povo tem que participar, tem o direito de participar. O cidadão tem o direito de vim aqui: 'Vereador, eu não concordo com esse artigo'. O povo tem o direito de tomar conhecimento do que está acontecendo, porque é o povo que vai pagar. Eu estou me atentando ao tema, Presidente, por que o contribuinte no Código Tributário tem um ator contribuinte, que é o povo. Eu fico preocupado com o povo, senhores. Isso é uma forma do povo entender o que está acontecendo. E se alguns colegas não concordam, paciência, senhores! Portanto, senhores, eu agradeço a quem votou nas minhas Emendas, quem votou contra, por ter votado também na Emenda do Vereador Willa, pra gente não perdeu de tudo. Mais eu me posiciono contrário a essa matéria. Se essa matéria tivesse vindo de uma forma diferente, eu votaria a favor sim. Não tinha nenhum tipo de objeção. Presidente, é só isso." Pela Ordem, o Vereador José Gonçalves disse: "Quero solicitar a prorrogação da sessão, que nós chegamos ao horário determinado pelo Regimento. Senhores e senhoras, povo de Patos, eu posso até não ter um conhecimento aprofundado sobre tributos, mas eu tenho conhecimento das condições que vive o nosso povo: no desemprego, na falta de moradia, sem saúde, a educação sucateada e uma série de dificuldades que passam no dia a dia. E essa pandemia piorou ainda mais a situação de todos, até porque nós não tivemos esses investimentos para pequeno, médio e até o grande comerciante, industrial desse país. Então, esse Projeto do Código Tributário foi realmente a grande discussão ocorrida na gestão anterior. Muitos que chamavam 'código do mal' e outras nomenclaturas aí, depois foram convencidos e votaram favorável. Se antes, que eu não estava aqui, já tinha minha opinião, imagina agora aqui na Câmara Municipal, tendo conhecimento do Projeto, lendo o Projeto, lendo, inclusive, essa tabela, que apesar de passar dos cinco grupos para vinte e cinco, ainda é muito desproporcional, merece ser esmiuçada, estudada, analisada, não pelos doutores, mas justamente pelos segmentos da nossa sociedade. Eu lamento aqui a ausência nessa discussão e nessa construção da indústria, do comércio, de suas representações. Por que é que não estão nessa discussão? Por que não participaram? E muitas vezes o que acontece, se trancam dentro do ar condicionado, alguns setores elaboram as leis para que os outros cumpram. É muito bom criar lei e fazer caixa para os outros pagarem! É muito confortável! Por isso que eu continuo com a mesma opinião. Antes de ser vereador, inclusive, protocolei diversos documentos aqui, a gente fez diversas mobilizações, o ano passado, contra esse Código Tributário, mas, infelizmente o rolo compressor da gestão passou. Continuo com a mesma opinião. Apesar de ter melhorado, ainda existe uma grande desproporcionalidade, os ricos continuam pagando pouco e os pobres continuam pagando mais. Ou seja, gestor municipal, estadual e federal não têm coragem de cobrar imposto dos ricos, tem coragem de cobrar imposto dos pobres. E nesse país quem paga imposto, sob pena de ter se sacrificando ainda mais, são os pequenos, os médios, os trabalhadores e trabalhadoras. Muitas vezes esses descontos



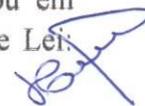
que são feitos nos contracheques dos servidores, que os prefeitos e governadores não passam para o INSS, não passam para os institutos de previdência, mas a gente não tem como evitar esse desconto no nosso contracheque. A gente não tem como evitar esse desconto aqui na Câmara Municipal, de nossos salários. Não tem como evitar desconto no imposto de renda, porque é descontado na fonte mesmo. Você já recebe sem poder fazer mais nada, já vem o desconto. Então, por isso que eu voto contrário a esse Projeto de Lei, que traz na minha visão, na minha opinião, prejuízo aos contribuintes aqui do município de Patos, apesar de termos tido um avanço nessas duas proposições, e as Emendas que foram apresentadas, especialmente essa da redução desse valor, como foi aprovado anteriormente. Mas o meu voto é contrário, por ter esse entendimento, por ainda não está convencido, nem satisfeito que esse Projeto, na verdade, contempla, assegura o direito, especialmente dos pequenos e médios contribuintes aqui no nosso município.” Pela Ordem, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Senhora Presidente, eu gostaria por primeiro, de dizer aos colegas parlamentares que acreditaram na minha palavra, que se fossem aprovadas duas Emendas, eu votaria favorável ao Projeto, que eu não vou decepcionar os colegas, que eu votarei favorável ao Projeto, porque vários vereadores construíram conosco esse entendimento. Um Projeto tem uma beneficência, uma justiça fiscal para com o IPTU. Eu saí daqui convencido disso. Eu não tenho aqui o compromisso de tudo votar contra por contra votar. Não! O Projeto explicitado muito bem pela equipe da Receita do município, ele tem alguns critérios da cobrança do IPTU. Quem tem uma casa de esquina com uma rua asfaltada vai pagar mais do que uma sem ruas asfaltadas ou calçadas. Atualmente não é assim. É o Vereador Zé, na Emenda de Willa, que é análoga a minha, só muda a percentualidade, o grande vai continuar pagando. O banco mil UFIR, do jeito que o Prefeito mandou. A empresa, não a instaladora, Vereador Josmá, mas uma usina vai pagar, porque ela não vai deixar de vir para cá por causa de dois mil contos não, ela vai pagar. Então, há momentos em que na política, e numa construção parlamentar, você tem que ceder. Então, eu disse aos nossos colegas, olhe o meu gesto, antes de sair amanhã apregoando: ‘Jamerson votou contra o Prefeito, Jamerson já está na base’. Eu estou numa construção, e que outras oportunidades venham. Nós tínhamos aqui uma derrota da Emenda do Vereador Josmá, que seria derrotada. A taxa do lixo que ele pregou que seria criada, tal, tal, tal, ela seria derrotada. Eu disse que votaria favorável, o líder do Governo assim orientou, e foi aprovada a Emenda do Vereador Josmá, com um gesto nosso. Eu até chamo a atenção dos dois colegas. Nós iríamos sair na noite de hoje com a dona Maria do mercadinho pagando cinquenta por cento do alvará, ela vai sair pagando quinze. Se os mesmos Vereadores votarem na quinta-feira, eu sigo o meu voto favorável. Sabe por quê? Porque a gente tem entendimento, a gente tem construção. Não adianta só gritar: é do contra, é do contra. Não constrói, porque me diga qual é a matemática que com treze, vai perder para três, que quatorze perde para três. Não vai perder.” A Senhora Presidente disse: “As Emendas só se votam uma única vez.” O Vereador Jamerson Ferreira disse: É, as Emendas só se vota uma única vez. Desculpa, Senhora Presidente. Os Projetos são votados duas vezes. Então, a Emenda já passou. Acabou. Morreu Maria Preá. O Projeto vai ser votado duas vezes, hoje e na quinta-feira. Então, eu não posso perder o meu compromisso com os colegas parlamentares. Então, que o que eu fiz hoje



é um gesto de construir, de cinquenta baixamos para quinze. A maioria do Prefeito entendeu o gesto nosso. Então, é assim que se constrói, é assim que a gente tem que entender que algo que estava moldado para ser treze a três em tudo, não foi, houve um entendimento. Eu voto favorável, porque eu estou construindo com os parlamentares. O IPTU é bacana. Mande para Lindaci, representante, mandei para Anderson Galdino, o IPTU. Todos os construtores que eu mandei, a turma do CRECI não revidou a tabela do IPTU. É bem verdade o que eu vou falar, sobre a indústria eu falei com Carlos Pinheiro, a turma da indústria não veio porque não quis. Então, não tem depois. As entidades, os sindicatos cadê, que não estão aqui para participar também da discussão. Por que é que os sindicatos, no próprio grupo do sindicato não discutiu? Porque tem amigo meu empresário lá que não discutiu. Então, não há esse malefício todo com a construção que nós fizemos. Nós hoje estamos criando uma taxa que quem ia pagar duzentos, vai pagar vinte. Quem ia pagar trezentos, vai pagar quinze. Então, isso é inteligência. Não estou chamando ninguém de burro, mas isso é inteligência política, é saber construir. Que venham mais construções como essa. Agradeço aos parlamentares que acreditaram na minha palavra. Vou manter, voto favorável ao Projeto.” Pela Ordem, o **Vereador Willami Alves** disse: “Esse Projeto de hoje trouxe coisas boas, mas a primeira delas foi desmistificar, desmentir que esta Casa iria criar uma taxa de luxo. Pra mim, politicamente falando, foi a principal coisa hoje, porque não foi discutido isso. Isso já foi criado na legislatura anterior, foi votado, foi aprovado. E esta Casa nada tem a ver com o que foi discutido, o que foi aprovado ano passado, legislaturas passadas. Então, para mim foi a melhor coisa ser desmistificado isso, desmentido, tirando essa fake news. Mais uma vez, Sales, esta Casa foi vítima de fake news. Tornou-se agora que toda votação polêmica, importante para a cidade, se criar fake news dizendo que são culpados, dizendo que foram eles que criaram, foram eles contra os servidores, contra o povo. Então, quem estiver criando isso vá procurar o que fazer. Vá construir de uma outra forma, formas de melhorar nossa cidade. Nenhum dos pares da Casa, aqui, sai de Casa querendo fazer isso. Entramos aqui, nós estamos em casa, discutindo Projetos aqui na Casa para melhorar a vida do cidadão. Ora, vai ter classe que vai chegar a hora que não vai ficar feliz, porque foi votado algo aqui. Uma classe, mas como cidadão um dia ele vai dizer: ‘está melhor esse serviço. Esse serviço está melhor porque um dia votaram algo que minha classe não foi beneficiada’. Ora, quem que não quer ganhar? Quem é que não quer ser beneficiado em classe? Então, vemos desde o início que esta Casa passa rotineiramente por Projetos polêmicos, em mídias em redes sociais, sendo atacada por fake news. Isso realmente é triste para essas pessoas que não têm o que fazer, que não se importam realmente com a população, e sim com a politicagem barata de querer atacar o político. Ser político não é fácil. Hoje nós somos políticos e sabemos o quanto é difícil ser políticos, porque mexemos com opiniões. Quem tirou quinhentos votos, são quinhentas cabeças pensando por você. Muitas vezes quando nos encontramos numa rua: ‘Você votou contra isso, você votou favorável. Você era para ter feito isso, era para ter feito aquilo’. Então, a gente tenta usar de bom senso para melhorar algo. E o propósito desta Casa realmente é melhorar a cidade de Patos, como estamos vendo, de forma lenta, mas estamos vendo melhoras. Esse Projeto foi importantíssimo, como Jamerson falou e outros pares da Casa, a diferença do IPTU na cidade de Patos era



alarmante, quem morava em sete setores do São Sebastião pagava bem mais caro do que o pessoal da Maternidade, Belo Horizonte. Então era muito disparado o valor do IPTU, e o Projeto trouxe isso de benefício, de equiparar esses valores de acordo com casas, com quadra, se tem calçamento ou não. Então, isso é importante nesse Projeto. Outra coisa importante, que nosso colega Josmá, que é de influente das redes sociais, foi a questão da antecipação deste alvará. Hoje se vai na Prefeitura, claro, depois desse Projeto aprovado, sancionado, ano que vem, eu creio que lá para fevereiro, diante da necessidade dos noventa dias para entrar em vigor, o empreendedor que vai abrir uma empresa, ele vai só pegar o alvará, e, assim, os fornecedores, quem puder vender apenas com o alvará vai sim poder funcionar apenas com o seu alvará, enquanto retira a licença ambiental, a vigilância sanitária e outros documentos necessários. Então, esse Projeto é importantíssimo com relação a isso. Eu sou sim a favor do Projeto. Quem me conhece sabe que eu sou a favor desde o início da criação dessa questão do alvará. Não da cobrança de cinquenta por cento diante da tabela, que é apresentada aqui no anexo sexto. Então, a Casa contribuiu para emendar o que era cinquenta e passou a ser quinze. Então, há importância nisso. Em relação, Josmá, ao que foi retirado daquela tabela lá, como as energias eólicas e as empresas de tal, se é cinquenta por cento, que o município sirva de incentivo para quem vem se instalar aqui. Uma empresa não vem para uma cidade porque é bonita, ela precisa de incentivo. E o que é cobrado de cinquenta por cento de alvará, eu tenho certeza absoluta que nenhum prefeito vai querer cobrar um alvará de uma empresa que vem se instalar. Então há os incentivos fiscais que as Prefeituras dão. Então, eu tenho certeza que isso daqui não será cobrado para quem pensar em investir na nossa cidade. Então, eu queria dizer aqui mais uma vez que sou a favor do Projeto. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o **Vereador Fernando Rodrigues** disse: “Eu gostaria só de pontuar algo que sempre acontece aqui na nossa Casa. Parabenizar o Vereador Jamerson, por muitas vezes que seus Projetos não foram aprovados, suas Emendas, e o Vereador Jamerson, que sempre respeita a opinião, o voto de cada um dos colegas. E isso, para mim, é muito gratificante, como para muitos aqui. Portanto, Vereador, o Senhor está de parabéns pela sua postura. E existe um ditado que diz Vereador Sales Júnior: ‘Quem se avexa come cru’. Essa noite a gente pode transmitir ao povo de Patos, muitas vezes o povo vem com aquela sede ao pote, pensando que é uma coisa, mas quando chega aqui é totalmente outra realidade. Como o Vereador Willa acabou de falar, não é fácil ser vereador. Não é fácil está na vida política, mas tenho certeza, Vereador Willa, como assim o senhor já falou, anteriormente, em muitas falas suas, essa Câmara é diferente. E hoje tenho certeza que os comerciantes em Patos têm o entendimento e ficaram muito felizes com a aprovação dessa Emenda do senhor nesse Projeto. Muito obrigado, Presidente.” Colocado em votação o Projeto de Lei Complementar Nº 03/2021, o mesmo foi aprovado por maioria. Votaram favoráveis ao referido Projeto de Lei, os Vereadores: Ítalo Gomes, Fernando Rodrigues, Decilânio Cândido, Jamerson Ferreira, David Maia, Cicera Bezerra, Willami Alves, Marco César, Patrian Junior, Sales Júnior, Emanuel Araújo, Maria de Fátima, Kleber Ramon e Nadigerlane Rodrigues. Votaram contra ao referido Projeto de Lei, os Vereadores: Josmá Oliveira e José Gonçalves. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1ª votação, em bloco, com o aval dos demais Pares, os Projetos de Lei:



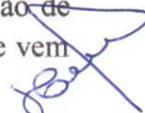
PROJETO DE LEI Nº 164/2021 - DENOMINA RUA MARCOS ANTÔNIO DA COSTA RODRIGUES, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autores: Valtide Paulino Santos, Emanuel Rodrigues de Araújo e Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE LEI Nº 165/2021 - DENOMINA RUA MANOEL BEZERRA LEITE, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autores: Valtide Paulino Santos, Emanuel Rodrigues de Araújo e Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE LEI Nº 166/2021 - DENOMINA RUA ANTÔNIO RAPOSO GALDINO (TENENTE RAPOSO), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autoria: Autores: Valtide Paulino Santos, Emanuel Rodrigues de Araújo e Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE LEI Nº 167/2021 - DENOMINA RUA VEREADOR JOÃO BOSCO DE ARAUJO MEDEIROS - (JOÃO BOSCO), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autoria: Autores: Valtide Paulino Santos, Emanuel Rodrigues de Araújo e Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE LEI Nº 168/2021 - DENOMINA RUA JOSÉ DE SOUSA BARRETO - (JOSE BARRETO DA PRF), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Valtide Paulino Santos. PROJETO DE LEI Nº 169/2021 - DENOMINA RUA FRANCISCO MODESTO DE SOUSA - (SARGENTO MODESTO), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Valtide Paulino Santos. PROJETO DE LEI Nº 170/2021 - DENOMINA RUA MARIA DAS GRAÇAS DUTRA DE OLIVEIRA - (MARIA DUTRA), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE LEI Nº 171/2021 - DENOMINA RUA ADRIANO DE SOUTO GOMES, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador David Carneiro Maia. PROJETO DE LEI Nº 172/2021 - DENOMINA RUA JOSÉ GONÇALVES DA SILVA - (ZÉ SAMPAIO), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro. PROJETO DE LEI Nº 173/2021 - DENOMINA RUA MAURO GOMES DE SIQUEIRA, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Willami Alves de Lucena. PROJETO DE LEI Nº 174/2021 - DENOMINA RUA TEREZINHA PEREIRA DE ARAÚJO, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Willami Alves de Lucena. PROJETO DE LEI Nº 175/2021 - DENOMINA RUA VERIDIANO VIEIRA DE MEDEIROS (DEDÉ DOS CORREIOS), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Cícera Bezerra Leite Batista. PROJETO DE LEI Nº 176/2021 - DENOMINA RUA EUGÊNIO DA COSTA SALES, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Marco César Souza Siqueira. PROJETO DE LEI Nº 177/2021 - DENOMINA RUA ANTONIO DE BARROS GOMES, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Marco César



Souza Siqueira. PROJETO DE LEI Nº 178/2021 - DENOMINA RUA VALDERY BENICIO DE SÁ, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE LEI Nº 179/2021 - DENOMINA RUA MANOEL DA NÓBREGA EUSTÁQUIO, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. PROJETO DE LEI Nº 180/2021 - DENOMINA RUA RAIMUNDA RODRIGUES ALVES - (DONA NEGA), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador José Gonçalves da Silva Filho. PROJETO DE LEI Nº 181/2021 - DENOMINA RUA RAIMUNDO VIEIRA CARNEIRO, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Junior. PROJETO DE LEI Nº 182/2021 - DENOMINA RUA PASTOR LUIZ DE GONZAGA E SILVA - (PASTOR LUIZ DE GONZAGA), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva Araújo. PROJETO DE LEI Nº 183/2021 - DENOMINA RUA PASTOR ANTONIO FERREIRA DE LIMA - (PASTOR ANTONIO FERREIRA), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Kleber Ramon da Silva Araújo. PROJETO DE LEI Nº 184/2021 - DENOMINA RUA DURVALINA PEREIRA DIAS, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador José Italo Gomes Cândido. PROJETO DE LEI Nº 185/2021 - DENOMINA RUA JOSÉ ARAÚJO DE MEDEIROS (ZÉ CALISTO), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador José Italo Gomes Cândido. PROJETO DE LEI Nº 186/2021 - DENOMINA RUA MARGARIDA MARIA DA CONCEIÇÃO - (DONA NENEN DO CALDINHO), LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Decilânio Cândido da Silva. PROJETO DE LEI Nº 187/2021 - DENOMINA RUA RUBENOR DIAS DE LUCENA, LOCALIZADA(S) NO BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE LEI Nº 188/2021 - DENOMINA RUA DR. JOSÉ LEONARDO RODRIGUES LAURINDO, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. PROJETO DE LEI Nº 189/2021 - DENOMINA RUA MANOEL BARROS DA CRUZ, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria. PROJETO DE LEI Nº 190/2021 - DENOMINA RUA VEREADOR JURACI DANTAS DE SOUSA, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autora: Vereadora Maria de Fátima Medeiros de Maria. PROJETO DE LEI ORDINÁRIO Nº 191/2021 - DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS CULTURAIS E FESTIVOS DE PATOS/PB, O "FORRÓ BIKE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior. PROJETO DE LEI Nº 192/2021 - DENOMINA



RUA SIDNEI MEDEIROS DA SILVA, LOCALIZADA NO(S) BAIRRO(S) SALGADINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega. Os quais foram aprovados, por unanimidade, em 1ª votação. A Senhora Presidente colocou em discussão e votação os Requerimentos de Nº 1837/2021 ao de Nº 1847/2021. Pela Ordem, o Vereador **Jamerson Ferreira** disse: “Pedir para subscrever o Requerimento Ser de Luz da Vereadora Fatinha. Se a senhora me permitir vereadora Fatinha, subscrever essa homenagem a uma turma que vem fazendo um bem enorme, com cestas básicas, com distribuição de donativos e muito mais. Eu estava com essa ideia, mas me contemplo no de Vossa Excelência. E de tal forma, pedir para subscrever o do Vereador Nandinho, um neurologista pediatra, muito importante. A gente que é pai de crianças autistas, a gente sabe da demanda enorme. Então, Senhora Presidente, eu gostaria de ouvi o ok da Vereadora Fatinha para subscrever o requerimento dela. Muito obrigado.” A Vereadora Maria de Fátima respondeu: “Com certeza, Presidente, é um prazer.” Pela Ordem, o Vereador **Fernando Rodrigues** disse: “Senhora Presidente, esta noite eu trouxe para esta Casa um requerimento, o qual eu o destino a Secretaria de saúde, como o Vereador Jamerson acabou de falar, eu peço a Secretaria, ao Secretário Leônidas que faça a contratação de um médico neurologista pediatra. É muito importante para os pais de crianças portadoras de autismo, como eu sou pai de uma criança que tem um grau de autismo. E eu tenho certeza que é de grande importância para a nossa cidade esse requerimento, e continuarei cobrando. E quem quiser subscrever esse requerimento, tem minha autorização.” Pela Ordem, a Vereadora **Maria de Fátima** disse: “Presidente, eu queria só destacar um voto de aplauso que eu coloquei ao projeto social ‘Ser Luz’. É um Projeto que vem se desenvolvendo aqui na cidade com grande importância para os mais pobres, para os mais necessitados. Então, esse Projeto foi criado em dois mil e dezanove, é um Projeto que vem visando ajudar a todas as comunidades. Mais de dois anos de trabalho na cidade de Patos, mais de dois mil lanches e cuscuz distribuídos todas as quintas-feiras as pessoas de situação de rua em nossa cidade. Mais de oitenta voluntários nesse projeto. Uma distribuição de mais de duas toneladas de alimentos, durante a pandemia, em mais de dez comunidades em nossa cidade que é assistida com esse projeto. Então, é um Projeto belíssimo, que precisa ser reconhecido por todos nós, que o trabalho que eles fazem é muito importante para a nossa cidade. Então eles estão de parabéns, e aqui eu ofereço essa homenagem em nome da Câmara Municipal de Patos esse voto de aplauso para um projeto tão importante e grandioso para a nossa cidade. Obrigada, Presidente.” Pela Ordem, o Vereador **Sales Junior** disse: “Pedir a Nandinho para subscrever o seu Requerimento. E destacar aqui três requerimentos que nós apresentamos, um pedido do pessoal que tem um projeto social, e que nós terminamos fazendo uma peregrinação pelo bairro, e a gente conseguiu entender que diversos outros trabalhos sociais, educacionais, de convivência existe ali na Vila Mariana, e eles nos solicitavam apresentar um requerimento, solicitando a construção de uma praça com academia de saúde, e uma quadra de esportes também, e, assim, estamos fazendo. Como também no Luar de Angelita já existi uma praça, e a comunidade solicita a instalação de equipamentos de saúde para a prática de exercícios. E também outra propositura sobre a construção de uma Praça para o Jardim Redenção. Desde o nosso primeiro mandato que a gente vem



apresentando essa propositura. A dificuldade lá é a localização de uma área do município para poder se construir uma praça. Mais é importante, é um bairro que cresceu muito rápido, e que se faz necessário construir uma praça naquela localidade, um ambiente de convivência. Eram essas, Presidente, as proposições que nós apresentamos na noite de hoje. E também uma indicação. Uma indicação é uma proposição prevista no Regimento Interno, artigo 113, que tem o dispositivo de um requerimento, basicamente. O requerimento você pede, a indicação você sugere ao município que mande para cá uma proposição, porque nós não temos essa prerrogativa, tem que ser do Executivo. Então, nós apresentamos uma proposição solicitando incluir no currículo escolar do ensino fundamental das escolas públicas, um estudo de orientação básica sobre educação financeira, economia doméstica aqui no nosso município. Obrigado, Presidente.” Pela Ordem, o Vereador **José Gonçalves** disse: “Primeiro, solicitar ao Vereador Nandinho para subscrever o seu requerimento. E também solicitar a Vereadora Fátima Bocão para subscrever o requerimento dela. Obrigado a Nandinho e a Fátima! Dizer que hoje eu trago aqui um requerimento de voto de aplauso a todos os servidores públicos, pelo seu dia, na próxima quinta-feira, vinte e oito de outubro. A nossa justificativa é que quem coloca a máquina pública para funcionar não são os Governos, mas os servidores públicos municipais no seu dia a dia, estaduais e também federais. Apesar de todo o massacre nesses últimos anos, com o congelamento de salários e gratificações, retirada de direitos, esse dia não pode ser esquecido, servirá de reflexão e luta por dias melhores. E aqui nesse momento a gente está presenciando a ação dos servidores públicos, que estão servindo aqui aos Vereadores e Vereadoras, e, com certeza, amanhã estarão também aqui, fazendo a limpeza de toda a Câmara. Então, quem bota essa máquina para funcionar não são os políticos, mas os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. Quero aqui também, na noite de hoje, destacar um requerimento, que solicita o contrato firmado com a Empresa Rizo Park. Eu só queria sair dessa situação aqui em Patos, eu só queria que as coisas realmente avançassem. E essa solicitação da cópia do contrato é pra a gente vê, porque eu acho que a Câmara Municipal ainda não tem conhecimento desse contrato, e é importante uma cópia aqui para que a gente se debruce. Eu acho que o momento é de união. Eu acho que é o momento dos dezessete vereadores e vereadoras, do Prefeito e do Vice-prefeito se contrapor a essa situação dessa empresa, porque a forma que essa turma está fazendo aí, vai a imprensa, diz que é assim, assado, é uma coisa terrível. Chegar a soltar um panfleto, inclusive, com o nome de Patos. Então, eu acho que esta Câmara tem que se posicionar. A questão aqui não é situação nem oposição não, aqui é a defesa do povo de Patos. Então, a gente não pode aceitar a imposição dessa empresa. Por isso que esse requerimento aqui, essa solicitação, para que se apresente esse contrato. E aqui em Patos a gente não pode abrir mão de uma vírgula que tenha em um Projeto de Lei que foi aprovado aqui, que não é bom. Mas do jeito que a empresa quer fazer, vai piorar. Então a gente não pode aceitar sermos submissos a uma empresa, que só vem, na verdade, sangrar o povo de Patos. É uma aberração a frieza, a cara de pau desses representantes da empresa em dizer: ‘a moto vai ter rodízio de duas em duas horas’. Não podemos aceitar isso. Isso é uma provocação, isso é um insulto para o povo de Patos. Por isso que eu trago na noite de hoje esses dois requerimentos.” O Vereador



Willami Alves solicitou subscrever o requerimento Fernando Rodrigues. O que foi permitido. A Vereadora Cicera Bezerra Pediu para subscrever os Requerimentos da Vereadora Maria de Fátima e do Vereador Fernando Rodrigues. O que foi permitido. Pela Ordem, o **Vereador Italo Gomes** disse: “Senhora Presidente, eu queria solicitar da Vereadora Fatinha que eu possa subscrever o requerimento dela na noite de hoje. E solicitar também do Vereador Nandinho, que me conceda a honra de participar junto a ele e os demais vereadores nesse pleito. Muito obrigado.” O Vereador Decilânio Cândido também solicitou subscrever o requerimento do Vereador Fernando Rodrigues. Pela Ordem, o **Vereador David Maia** disse: “Presidente, só pedir permissão ao Vereador Nandinho para subscrever o requerimento, e pedir ao Vereador Sales para subscrever dos equipamentos da Praça do Angelita, da Praça da Cruz da Menina e também do Redenção.” Pela Ordem, o Vereador Patrian Junior disse: “Pedir autorização ao Vereador Nandinho para subscrever o seu requerimento, onde solicita o médico. É dizer que nessa noite aqui nós trouxemos também um voto de aplauso para o grupo ‘P. O. na Estrada’, um grupo de motociclistas, que vem fazendo ações sociais dentro na nossa cidade no dia das crianças, natal. Todas as datas especiais eles estão envolvidos. Arrecadam e distribuem para pessoas carentes, alimentos, roupas, calçados. Então, eu queria aqui lembrar e oferecer esse voto de aplauso a esse grupo.” Colocados em votação, os Requerimentos e a Indicação foram aprovados, por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidente passou a EXPLICAÇÃO PESSOAL. Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Presidente, eu, agradecer a todos pelo debate, um debate muito produtivo, mas eu gostaria de me dirigir ao meu amigo Nandinho. Com todo respeito, Vereador Nandinho, se Vossa Excelência pudesse olhar para mim, eu agradeceria demais, porque o senhor gritou tanto ali, que eu até percebi você com um semblante diferente, Vereador Nandinho, ao qual eu tenho muito respeito e admiração. Eu fui eleito Vereador, Vereador Nandinho, para discutir os problemas de Patos, eu não vim aqui para mentir ou ofender colega, não. Eu gostaria, com todo respeito, de fazer uma pergunta a Vossa Excelência: Vossa Excelência sabe quantos dentes tem na minha boca? Pronto, a resposta correta é essa. Você não sabe não, porque você não abriu a minha boca. Agora você falou a verdade. Então, Vereador Nandinho, como você não abriu minha boca, você não me conhece. Você sabe que horas eu acordo? Pronto! O senhor sabe qual era o meu berço lá na minha casa? O senhor não sabe. O senhor sabe qual é o meu poder de capital econômico? Pronto! Mas, você disse ali. Você disse que eu era rico, que não gostava de pobre. Com todo respeito, Vereador Nandinho, com todo o respeito, não minta sobre mim, porque o senhor não me conhece, não sabe nem quantos dentes eu tenho na minha boca. Eu lhe respeito demais, eu sou seu amigo, sou amigo de todos aqui. Conte comigo para qualquer debate aqui, independentemente de qualquer coisa, mas, por favor, não vamos rebaixar o nível ao nível da legislatura passada. Eu venho aqui para discutir ideias, e não discutir pessoas. Vereador Nandinho, eu lhe peço desculpas, o senhor não me conhece, mas eu convido o senhor para tomar um café comigo, lá na minha casa, para o senhor me conhecer melhor. Vamos lá tomar um café. Convido o Vereador Sales também. Vamos todo mundo, porque o debate aqui, Presidente, é de ideias. Eu posso, Vereador Nandinho, não concordar com nada do que você diz, mas eu vou lutar pelo seu direito de dizer tudo o que você pensa, o que você

acha e o que acredita. Conte com o Vereador Josmá para discutir o que tiver nesta Casa. Quanto as matérias, a gente vai perder sempre aqui para a maioria do Prefeito, e a gente vai fazendo a luta. Obrigado, Presidente.” A Senhora Presidente disse: “Lembrando a todos que amanhã nós teremos uma audiência pública nesta Casa, às dezenove horas, referente ao Outubro Rosa.” Pela Ordem, o Vereador **Fernando Rodrigues** disse: “Senhora Presidente, a minha fala será breve, só para parabenizar o grande jornalista Jordan Bezerra, que foi eleito o jornalista do ano. Não poderia deixar de registrar essa passagem de Jordan, que ofereceu o prêmio ao saudoso seu pai, o senhor Miguel Liliuso. Meus parabéns, Jordan!” Pela Ordem, o Vereador **José Gonçalves** disse: “Eu quero só complementar o que a Presidente Tide falou, será realizada uma audiência pública, precisamente as dezenove horas, aqui na Câmara Municipal de Patos, onde será tratado o Outubro Rosa. E tem muita coisa para a gente discutir. Inclusive, fazer o convite aqui a todas as mulheres, as entidades, ao Conselho Municipal da Mulher, Secretaria Municipal, Maternidade, Hospital Regional, Hospital Infantil, Hospital do Bem, mais especialmente a participação das mulheres na zona urbana, da zona rural, do Distrito de Santa Gertrudes, das trabalhadoras e trabalhadoras, que também são importantes de estarem aqui. A audiência pública é para discutir o Outubro Rosa, mas não é uma discussão específica das mulheres, os homens também podem participar, até porque aqui na Casa nós também precisamos aumentar o número de mulheres no Parlamento.” Pela Ordem, o Vereador **Patrian Junior** disse: “Senhora Presidente, só para encerrar aqui, trazer à tona, mais um vez, hoje houve uma votação, na qual nós votamos na Emenda do Vereador Josmá, e ficou comprovado que não houve nenhum tido de taxaço na cobrança da taxa do lixo. Mais ficou claro que todo mundo votou a favor, e não existiu o que foi contestado hoje o dia todo. Então, os Vereadores estão de parabéns pelo debate, e continuamos assim. Quinta-feira tem mais. Até quinta-feira, se Deus quiser.” A Senhora Presidente disse: “Lembrando as comissões que amanhã, a partir das nove horas da manhã, estão convocadas para darem os devidos pareceres no Projeto do Executivo.” Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente Sessão, às vinte e duas horas e vinte e um minutos, convidando a todos para a próxima Sessão Ordinária, que acontecerá no dia vinte e oito de outubro do corrente ano, às dezoito horas.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 26 DE OUTUBRO DE 2021.


VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente


EMANUEL RODRIGUES DE ARAÚJO
1º Secretário


MARCO CESAR SOUZA SIQUEIRA
2º Secretário